

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Luiz Domingos Costa

Os representantes dos estados no Congresso:
composição social e carreira política dos Senadores brasileiros
(1987-2007)

Campinas – SP
Junho de 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

C823r	<p>Costa, Luiz Domingos Os representantes dos estados no Congresso : composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007) / Luiz Domingos Costa. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010</p> <p>Orientador: Rachel Meneguello Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Políticos - Brasil. 2. Senadores - Brasil. 3. Poder legislativo - Brasil. 4. Políticos - recrutamento. 5. Elites políticas - Brasil. 6. Instituições políticas. I. Meneguello, Rachel, 1958- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
--------------	---

Título em inglês: The representatives of the states in the National Congress: social composition and political career of the Brazilian senators (1987-2007)

Palavras chaves em inglês (keywords):

- Politicians - Brazil**
- Senators - Brazil**
- Legislative power – Brazil**
- Politicians - recruiting**
- Political elites - Brazil**
- Governmental institutions**

Área de Concentração: Estado, Processos Políticos e Organização de Interesses

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora: Rachel Meneguello, Leoncio Martins Rodrigues, Renato Monseff Perissinotto

Data da defesa: 09-06-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

*Para Luiz, Siloé, Ana Maria e
Gustavo.*

Agradecimentos

Fazer jus a todos e a toda contribuição envolvida nesta dissertação é uma tarefa inacessível. Dentre dezenas de pessoas, algumas foram decisivas ou frequentes.

Em primeiro lugar, à professora Dra. Rachel Meneguello, pela orientação desta pesquisa. Contar com sua austeridade profissional, experiência de pesquisa e sobretudo a sua liderança, foram fundamentais para que o trabalho chegasse ao seu termo. Devo também deixar registro especial à banca presente no exame de qualificação: Leôncio Martins Rodrigues e Valeriano Mendes Ferreira Costa, por emitirem comentários preciosos para a condução da análise. Debater as teses de (e com) Leôncio Martins Rodrigues é motivo de orgulho de toda uma trajetória profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH-Unicamp), com cursos, seus professores, sua estrutura e seus recursos, propiciaram um ambiente sem paralelo para o desenvolvimento do trabalho. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por conceder a bolsa de estudos para a dedicação exclusiva à realização desse trabalho.

Ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná, pelo contínuo e renovado debate sobre as elites políticas. Desde a concepção do projeto de pesquisa, pelas observações que se distribuem em diversos seminários, encontros e debates que se realizaram em eventos, agradeço a Sérgio Soares Braga, Paulo Costa, Pedro Leonardo Medeiros e Camila Tribess, pela contribuição. Renato Perissinotto e Adriano Codato foram aqueles que mais ouviram os argumentos e contribuíram para que eu enfrentasse os percalços do texto, são amigos que ensinam o ofício sem perceber.

O processamento dos dados necessários à pesquisa não seria possível sem a intervenção de diversas pessoas. Agradeço a Angel Miríade quanto à ajuda na formulação do banco de coleta. Bruno Bolognesi, Emerson Cervi, Nicolas Rossi Neto, Rafaela Polatti e Julio Gouvêa ajudaram a esclarecer ou desdobrar etapas fundamentais da parte empírica ou estatística da pesquisa.

A Luiz Costa, pelo esmero na adequação à Reforma Ortográfica de 2009 e na revisão do texto em geral.

O acesso à parte essencial das fontes foi proporcionado pela presteza de Jussara Ramalho, da Secretaria do Arquivo do Senado. Também pela explicação sobre os meandros informacionais do Senado Federal brasileiro, sua contribuição foi além do que se busca nessa dimensão do trabalho.

A Antônio Barros, da Secretaria do PPGCP-Unicamp, pela competência com que sempre atendeu às demandas desse trabalho.

Devo distinguir a importância de Lucas Massimo, Bruno Bolognesi, Marcelo Campos e José Szwako durante todo o período de mestrado, pelo companheirismo, pelas observações, pelos projetos que impulsionaram a conclusão do trabalho.

A vida em Campinas foi muito generosa ao proporcionar tantos amigos e interlocutores acadêmicos. Agradeço a Elton Corbanezi, André Ziegmann, Julio Gouvêa, João Ricki, Robert Bonifácio, Rodrigo Vasquez, Rodrigo Souza e a Rodolfo Dias. Em Curitiba, a convivência foi primorosa ao lado de muitos amigos, especialmente Carlos Almeida e Affonso Cardoso.

Com cada um aqui mantenho uma dívida que está fora do tempo. Obrigado.

Resumo

Esta dissertação apresenta um levantamento do perfil sócio-político dos senadores eleitos durante as seis últimas eleições para a Câmara Alta brasileira, recobrando a elite parlamentar que ocupou a Casa durante o período democrático recente. Os dados foram organizados em torno das dimensões da composição sócio-ocupacional e da carreira política e serviram a dois movimentos analíticos. Em primeiro lugar, uma análise desagregada por unidade da federação que, além de captar importantes diferenças observadas entre as bancadas estaduais, registra o impacto da competição sub-nacional na configuração dos perfis dos senadores. Em segundo lugar, uma análise dos dados agregados serviu para uma comparação entre os padrões de composição sócio-ocupacional e de carreira política dos senadores com o universo dos deputados federais do mesmo período, de onde se chegou ao exame de algumas hipóteses disponíveis sobre a composição da classe política do Congresso Brasileiro. Dentre três hipóteses testadas, o universo dos senadores permitiu que se confirmasse uma e se refutasse duas outras. Portanto, tal como na Câmara dos Deputados, a existência de bases sociais distintas de recrutamento político entre das bancadas ideológicas da esquerda, centro e direita também se verifica para o Senado. Entretanto, diferentemente do que se observou nas eleições mais recentes para a Câmara Baixa, a ocorrência de uma incipiente “popularização” da classe política brasileira no período mais recente da democracia brasileira não se observou, indicando que o Senado exerce maiores dificuldades para esse tipo de processo sócio-político. Por fim, o escopo ou volume de carreira política observada entre os deputados federais é muito diferente daquele visto entre os senadores, que são políticos com uma experiência política prévia muito mais substantiva.

Palavras-chave: *composição sócio-ocupacional; carreira política; senadores brasileiros; recrutamento legislativo*

Abstract

This thesis presents a survey of the socio-political profile of the senators elected in the six latest elections for the upper chamber of Brazilian parliament. It covers the parliamentary elite that has occupied the Senate during the recent democratic period. Data were organised around the dimensions of the socio-occupational composition and political career and they served for two main analytical lines. First, an analysis state by state, which not only shows important differences observed between groups of parliamentarians of each state, but also registers the impact of sub-national competition in the configuration to the senators' profiles. Second, an analysis of aggregated data served for comparison between the patterns of socio-occupational composition and political careers of the senators with those of the deputies elected in the same period. The comparison led to the scrutiny of three hypotheses about the composition of the political class occupying Brazilian National Congress. One of these hypotheses was confirmed and two were refuted. The existence of distinct social backgrounds of political recruitment between distinct ideological (left, centre and right) groups of parliamentarians was verified for the Senate as well as for the Chamber of Deputies. However, differently from what was observed in the recent elections for the lower chamber, an incipient "popularisation" of the Brazilian political class could not be observed for the upper chamber. This fact indicates that the Senate presents more obstacles for this type of socio-political process. Finally, the range or volume of political career observed among deputies is very different from that of the senators, whose previous political expertise is far more substantive.

Key-words: *socio-political composition; political career; Brazilian senators; legislative recruitment*

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1.</i>	Escolaridade dos senadores por níveis (1987-2007)	42
<i>Tabela 2.</i>	Áreas de formação de nível superior dos senadores e dos deputados federais (1987-2007)	44
<i>Tabela 3.</i>	Ocupação dos senadores (1987-2007)	45
<i>Tabela 4.</i>	Ocupação por classificação ideológica – Senadores (1987-2007)	47
<i>Tabela 5.</i>	Escolaridade por região - senadores brasileiros (1987-2007)	51
<i>Tabela 6.</i>	Norte Velho – ocupações, senadores (1987-2007)	55
<i>Tabela 7.</i>	Norte Novo – ocupações, senadores (1987-2007)	56
<i>Tabela 8.</i>	Região Nordeste GRUPO 1 – ocupações, senadores (1987-2007)	57
<i>Tabela 9.</i>	Região Nordeste GRUPO 2 – ocupações, senadores (1987-2007)	59
<i>Tabela 10.</i>	Região Centro-Oeste – ocupações, senadores (1987-2007)	60
<i>Tabela 11.</i>	Região Sudeste – ocupações, senadores (1987-2007)	61
<i>Tabela 12.</i>	Região Sul – ocupações, senadores (1987-2007)	63
<i>Tabela 13.</i>	Trajatória parlamentar dos senadores e deputados federais.....	70
<i>Tabela 14.</i>	Trajatória no executivo dos senadores e deputados federais.....	72
<i>Tabela 15.</i>	Categorias sócio-ocupacionais por Índice de Carreira – senadores brasileiros (1987-2007).....	74
<i>Tabela 16.</i>	Índice de Carreira por classificação ideológica – senadores brasileiros (1987-2007).....	77
<i>Tabela 17.</i>	Número de mandatos executivos eletivos por classificação ideológica – senadores brasileiros (1987-2007).....	79
<i>Tabela 18.</i>	Norte Velho – carreira eletiva anterior dos senadores (1987-2007).....	84
<i>Tabela 19.</i>	Norte Novo – carreira eletiva anterior dos senadores (1987-2007).....	85
<i>Tabela 20.</i>	Nordeste GRUPO 1 – carreira eletiva anterior dos senadores (1987-2007)....	87
<i>Tabela 21.</i>	Nordeste GRUPO 2 – carreira eletiva anterior dos senadores (1987-2007)....	89
<i>Tabela 22.</i>	Centro-Oeste – carreira eletiva anterior dos senadores (1987-2007).....	91
<i>Tabela 23.</i>	Sudeste – carreira eletiva anterior dos senadores (1987-2007).....	92
<i>Tabela 24.</i>	Sul – carreira eletiva anterior dos senadores (1987-2007).....	94

Lista de Figuras e Gráficos

<i>Gráfico 1.</i>	Evolução do perfil sócio-ocupacional do Senado (1987-2007).....	49
<i>Figura 1.</i>	Distribuição dos senadores por região (1987-2007).....	50
<i>Gráfico 2.</i>	Ocupações por região, senadores (1987-2007).....	53
<i>Gráfico 3.</i>	Número de mandatos eletivos executivos por eleição (1987-2007).....	80

Lista de Siglas e Abreviaturas

PARTIDOS POLÍTICOS

PRP - PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA
UDN - UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
ARENA - ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
MDB - MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PDS - PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL
PPB - PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO
PP - PARTIDO PROGRESSITA
PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PL - PARTIDO LIBERAL
PR - PARTIDO REPUBLICANO
PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (ATUAL DEM)
PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PC do B - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PRONA - PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL
PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PTC - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PV – PARTIDO VERDE
PSOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, SINDICAIS E ACADÊMICAS

CN - CONGRESSO NACIONAL
CD - CÂMARA DOS DEPUTADOS
SF - SENADO FEDERAL
SARQ/SF - SECRETÁRIA DE ARQUIVO – SENADO FEDERAL
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL
DHBB - DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
DIAP - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. ELITES POLÍTICAS	8
2. ELITES POLÍTICAS E RECRUTAMENTO LEGISLATIVO NO BRASIL	19
3. COMPOSIÇÃO SOCIAL E CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES BRASILEIROS (1987-2007)	39
3.1 Perfil: sexo, escolaridade e ocupação	42
3.2 Diferenças internas: partidos e regiões	46
3.2.1 Bancadas partidárias	46
3.2.2 Um perfil regionalizado?	50
4. COMPOSIÇÃO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS BANCADAS REGIONAIS E ESTADUAIS	54
5. CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES BRASILEIROS	68
5.1 Diferenças internas: categorias ocupacionais e blocos ideológicos	73
6. A CARREIRA POLÍTICA DO ÂNGULO DOS ESTADOS E REGIÕES	83
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: os senadores e a classe política brasileira no período democrático recente	96
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

Como alguém se torna senador no Brasil? Qual a composição social das bancadas partidárias no interior da Câmara Alta brasileira? Os cargos públicos ocupados ao longo da carreira concorrem como recursos importantes de acesso ao Senado? Qual o grau de diferenciação sócio-política que existe entre os senadores e deputados federais?

A investigação daquilo que a ciência política convencionou chamar de “recrutamento” tem sido pouco explorada nos estudos sobre as instituições políticas no Brasil¹. Os maiores resultados nesta temática têm se concentrado na Câmara dos Deputados, e ainda são poucos aqueles sobre as assembleias legislativas estaduais, sobre as câmaras municipais² ou sobre o Senado. Seguindo um desenvolvimento muito menos intenso do que os estudos de processos decisórios no interior do Congresso ou os estudos voltados para a competição eleitoral, estas análises ainda não lograram estabelecer parâmetros mais claros sobre “a estrutura de oportunidades” (Samuels, 2003, p. 5) políticas do Brasil³. Uma das razões para isto diz respeito não apenas à baixa densidade teórico-

¹ Olavo Brasil de Lima Júnior apontava esta lacuna já em 1999, detectando que esta área de estudos estaria aquém das demais áreas de investigação sobre instituições e representação política (competição eleitoral, estudos sobre comportamento interno ao legislativo), seja do ponto de vista quantitativo ou sob o prisma teórico-metodológico, pois são “resumidos a estudos descritivos, que não dão conta adequadamente, quer das condicionantes legais e constitucionais do recrutamento político, quer das estruturas de recrutamento.” (Lima Jr., 1999, p. 40).

² Sobre a Câmara dos Deputados, os trabalhos mais recentes são os de Rodrigues (2002 e 2006), Santos (2000), Marengo dos Santos (1997, 2000 e 2001); sobre Assembleias Estaduais, um dos únicos trabalhos é o de Perissinotto e Braunert (2006); e sobre câmaras municipais, destaca-se o de Kerbauy (2005). Estudos sobre a composição das elites em uma perspectiva mais local já receberam atenção de alguns pesquisadores e se mostraram interessantes na articulação entre aspectos do poder central e do poder local. Cf. Souza, Keurbay e Truzzi (2003) e Bilac (2001).

³ Este projeto de detalhar a estrutura dos postos políticos aparece esboçado, ao nosso ver, em Nunes (1978), e as rotas e itinerários dos agentes pelos cargos acaba entrando como parte de uma análise maior em Nunes

metodológica desse campo de conhecimento – o que parece estar sendo superado na última década graças aos estudos de André Marengo dos Santos, Leôncio Martins Rodrigues, Miguel Serna - mas também ao flagrante atraso em complementar os objetos que compõem a hierarquia de postos políticos do Brasil, isto é, aqueles postos políticos situados desde os níveis locais (municipal e estadual), até os níveis superiores, que se referem ao Senado, governadorias e aos postos burocráticos do primeiro escalão federal, abrangendo os âmbitos legislativo e executivo.

No que diz respeito ao Senado brasileiro, as condições para o avanço das pesquisas parecem desoladoras. A imagem difundida pelo senso comum é sombria, uma “sala de senhores amigos”, um lócus ocupado por políticos desinteressados, à espera de uma disputa eleitoral para o Executivo ou que freqüentemente cedem suas cadeiras para suplentes inexperientes, empresários desejosos de desfrutar das benesses simbólicas da senatoria. Pelo lado acadêmico, o universo pequeno, as pequenas bancadas partidárias (em geral mais bem representadas na Câmara dos Deputados), somam-se a algumas percepções pouco comprovadas, seja a suposta “previsibilidade” das disputas eleitorais, conferida pelo caráter plebiscitário das eleições, em função do sistema eleitoral majoritário, o que não ocorre com os deputados federais, seja a atribuição – sem critérios - de uma arena que “não parece desempenhar um papel autônomo como instância deliberativa, nem mesmo como casa revisora” (Figueiredo e Limongi, 1995, p. 10). Praticamente arraigadas, essas noções que relegam ao Senado a condição de coadjuvante no contexto dos estudos especializados, que deixam o objeto envolto por afirmações genéricas, que não testam as atribuições constitucionais da Casa (por exemplo, a prerrogativa de revisar o processo legislativo

(1997). Certamente a inexistência de projeto similar para o período democrático coloca a possibilidade de uma análise da estrutura de cargos políticos brasileiros como algo muito distante.

federal) que tampouco é enfocada como parte de um arranjo de poder responsável por organizar uma estrutura de carreiras políticas.

Este trabalho se situa no conjunto de estudos dedicados a mapear os perfis de composição social e de carreira política das elites parlamentares. Tendo como direção uma série de questões presentes na literatura recente sobre o Brasil, o suposto inicial foi o de que o objeto selecionado seria passível de teste para uma série de hipóteses dispersas e nem sempre convergentes sobre a elite parlamentar brasileira. Portanto, mediante a investigação sobre os senadores eleitos desde a eleição para a Constituinte de 1987-88 até a eleição de 2006, a pesquisa procura examinar uma série de dados disponíveis sobre a classe política nacional, especialmente formuladas a partir dos deputados federais.

Neste sentido, este trabalho deve muito mais à inspiração da leitura dos trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues e André Marengo dos Santos do que à intenção explícita de pôr à prova um modelo teórico ou a responder a uma questão geral da temática de elites políticas ou do poder legislativo.

A partir destes trabalhos, a proposição que orienta esta dissertação é a de que o ingresso ao Senado ainda não está franqueado aos grupos sócio-profissionais médios e médios baixos, na mesma proporção da Câmara Baixa, tal como observado por Rodrigues (2006). Na verdade, a eleição para o Senado parece representar mais um filtro a operar sobre a composição da elite política, gerando uma composição social menos permeável aos diversos estratos sócio-ocupacionais, diferente da Câmara dos Deputados.

Paralelamente, a dimensão da competição eleitoral em nível estadual parece ser um elemento que ocupa centralidade para a seleção dos candidatos ao Senado no âmbito dos partidos e alianças estaduais, fato que poderá exercer influência sobre os resultados de

composição *entre* os estados. Para confirmar esta hipótese, pensamos ser necessário testar indicadores de competição política e os perfis dos senadores por estado. Em caso positivo, será possível afirmar que os padrões subnacionais de competição para a Câmara Alta interferem na composição do pessoal (seu perfil sócio-político) da elite parlamentar presente no Senado Brasileiro.

Ao tomar a composição social e a carreira política como dimensões relevantes da análise da vida política, este trabalho guarda filiação com os estudos de elites políticas. Ainda que o seu desuso tenha crescido, esta noção parece fundamental na contribuição da análise da relação entre “sociedade” e “instituições políticas”, relação que ganha especial relevo em regimes democráticos.

De acordo com esta perspectiva, sendo a democracia um regime desprovido de exigências formais técnicas ou profissionais para a alocação de seus operadores eleitos, cumpre à investigação sociológica detectar as variáveis responsáveis pela seleção desses operadores, bem como a exclusão dos que não chegam a sê-lo. Esta preocupação, seja com as elites, com o problema do predomínio político ou com a estratificação política, é típica da tradição da sociologia política. Nesta abordagem, as dimensões da origem social e da carreira política se tornaram indispensáveis, já que é a partir delas que se mensura os mecanismos sociais e político-institucionais de formação das elites políticas: em um primeiro momento, trata-se de investigar os filtros sociais que selecionam os postulantes e, em seguida, investigar quais as “avenidas”⁴ mais comuns utilizadas para o trânsito na carreira até determinado posto político.

⁴ Giddens (1974), denomina de “avenidas” certas características que “encaminham” alguns indivíduos aos postos de comando. Putnam (1976), chama de “canais” ou “filtros”. Para este, a sociedade e as estruturas sociais seriam um primeiro canal, ao passo que as estruturas políticas seriam um momento posterior de

Implícitas a esses estudos, duas premissas parecem estar presentes. De um lado, a de que a distribuição desigual de recursos econômicos, culturais e simbólicos na sociedade coloca os aspirantes em patamares diferenciados de acesso à carreira política. Assim, indivíduos munidos de melhores condições materiais (e o que decorre desta situação, como escolaridade formal, prestígio, tempo livre etc.) têm melhores chances de ingressar na carreira política. De outro lado, a premissa segundo a qual existe alguma relação entre o recrutamento para as cadeiras legislativas e o funcionamento do parlamento. Seja através da composição social das diferentes bancadas partidárias (Rodrigues, 2002), seja pelas formas de ascensão e ambição na carreira política (Santos, 2000), ou, ainda, pelos tipos de lealdades firmadas com as organizações partidárias (Marenco dos Santos, 2001), esses trabalhos procuram destacar o rendimento das variáveis de origem social e carreira política como dimensões relevantes para análise das instituições políticas.

É verdade, por outro lado, que estas questões representam pêndulos de diferentes correntes que por vezes estão em disputa na produção acadêmica e possivelmente só possam ser confrontadas com trabalhos de maior fôlego teórico. Não é esse o caso desta dissertação. Trata-se, antes, de um trabalho tão descritivo quanto possível de um objeto ainda não esquadrihado perante seus congêneres institucionais (como a Câmara dos Deputados, alguns partidos políticos e as composições de certas burocracias públicas) e que busca um diálogo com as questões sobre a origem, a formação e os itinerários políticos do pessoal político do país, várias delas francamente *em aberto*.

É possível encontrar alguns desacordos nos achados da literatura sobre recrutamento parlamentar no Brasil, bem como algumas hipóteses ainda pouco

seleção da elite. Norris (1997), trás um exame detalhado dos filtros que operam em diversos legislativos de países democráticos.

confirmadas. Não são divergências baseadas em modelos interpretativos opostos ou em apanhados empíricos amplamente distintos. São desacordos analíticos pontuais imputáveis a partir de um contexto interno de confronto das proposições, e a própria latência destas brechas (isto é, a não pontuação sistemática destas questões) podem ser sintomas do fraco debate entre os diversos estudos que recentemente se apresentaram. Notadamente, uma que diz respeito à baixa sedimentação das carreiras políticas dos deputados federais e seus efeitos sobre a coesão das bancadas partidárias no interior da Câmara dos Deputados (Marenco dos Santos, 2000), que se opõe a outra, mais otimista e que vê maior expertise entre os deputados (Santos, 2001)⁵. Cada uma das posições – moldadas por ênfases diferentes, conceitual e empiricamente - deriva de proposições diferentes sobre processos um tanto mais complicados, tais como a profissionalização e a institucionalização políticas. Seria o caso de voltar ao assunto para esmiuçar esse conjunto de hipóteses, pois parece que ainda não figuram como teses irrefutáveis no assunto.

Paralelo a esta divergência, algumas hipóteses necessitam de maior alcance temporal, como é o caso da noção de “popularização” da classe política brasileira, desenvolvida por Rodrigues a partir do estudo da legislatura de 2002-2006 (Rodrigues, 2006). Esta proposição ainda requer uma maior cobertura temporal (não apenas para frente, mas também um recuo histórico) e depende de uma rodada conceitual que coloque em perspectiva processos sócio-políticos interligados, tais como, profissionalização, abertura ou fechamento de processos de recrutamento político e assim por diante.

⁵ Comum às duas há a percepção de que as altas taxas de reeleição para a CD constituem em sinais de fraca institucionalização do poder legislativo federal, ou na dificuldade que o legislativo tem de reter os quadros mais experientes e alcançar, via qualidade de seu pessoal político, maior capacidade decisória e preponderância política no jogo político nacional.

São dois exemplos que permitem entrever que o esforço descritivo que perpassa este trabalho – esforço que ainda não foi completamente feito neste assunto e, portanto, tem uma utilidade em si mesmo – pode alcançar um debate sobre o estado da arte dedicada ao tema do recrutamento parlamentar.

Para esses propósitos, a dissertação está organizada em um primeiro capítulo dedicado a evitar imputações corriqueiras aos estudos de elites, que se pode aqui englobar sob o rótulo de “comportamentalismo”. Em um segundo momento, trata-se de delinear o debate brasileiro sobre elites parlamentares, recrutamento e carreira do pessoal que ocupou o legislativo federal. O terceiro e último é um primeiro apanhado dos dados empíricos referentes aos senadores eleitos de 1986 a 2006. Embora o “círculo” proposto não chegue a termo com estes três capítulos, as suas possibilidades estão expostas ao longo do texto.

1. ELITES POLÍTICAS

No final do século XIX, Gaetano Mosca lançou um programa de pesquisa que mudaria significativamente os rumos da ciência política. Para o cientista político italiano, o fato mais marcante da vida política era a recorrência e predomínio de minorias politicamente dominantes em todas as sociedades. Segundo Mosca, dado o fato inquestionável de que as sociedades humanas são conduzidas por uma classe governante, então a força ou debilidade de uma sociedade, assim como o seu grau de cultura e sua capacidade de perdurar, sua prosperidade ou decadência estão diretamente ligados à natureza de sua classe governante.

Porém, mais do que impor a classe dirigente como o tema por excelência da ciência política, Mosca diz que a lei geral de sua doutrina impõe o estudo dos processos de formação e organização dessa classe e do seu processo de dissolução:

O que constitui a verdadeira superioridade da classe política como base para investigação científica é a sua importância preponderante que sua diversa constituição tem na determinação do tipo político, e também o grau de civilização dos diferentes povos (Mosca, 1992, p. 108)⁶.

Daí ser o estudo dos processos de formação dessa classe e de sua natureza, para Mosca, o objeto fundamental da ciência política. (Cf., por exemplo, Burnham, 1986, p. 98).

⁶ Tradução livre do original: “Lo que constituye la verdadera superioridad de la clase política, como base para la investigación científica, es la importancia preponderante que su diversa constitución tiene en la determinación de tipo político, y también del grado de civilización de los diferentes pueblos”.

De fato, este decreto foi levado a sério para a ciência política produzida ao longo do século XX (sobretudo a anglo-saxã), a ponto de Bobbio afirmar que esta teoria teve a sua plena “cidadania” nos Estados Unidos do entreguerras e mesmo até meados dos anos 1960 (Bobbio, 2002, p. 442). Cientistas sociais de inclinações diversas mobilizaram seus esforços para descrever a formação e natureza das elites políticas, incorporando contribuições significativas aos postulados generalistas de Mosca.

Como se sabe, a proeminência adquirida pela perspectiva elitista não foi imune a divergências entre diversos autores. Assim, os estudiosos divergiram sobre a conceituação deste grupo, sobre os procedimentos de sua identificação e mesmo sobre a sua real existência.

Uma das maiores divergências nesta literatura se deu em torno dos métodos e da identificação da(s) elite(s) política(s). C. Wright Mills (1982) deu início ao debate quando propôs a definição da “elite do poder” norte americana. Segundo Mills, a sociedade norte-americana do pós-guerra foi marcada pelo crescimento de três domínios fundamentais: o político, o econômico e o militar. Daí que a chave para a compreensão da vida política americana estava no topo da moderna empresa capitalista, na cúpula do diretório político e no topo da hierarquia militar. Na verdade, Wright Mills entende o poder como a capacidade de impor suas decisões aos demais, admite que apenas os ocupantes do topo destas três ordens institucionais (o domínio político, o militar e o econômico) detinham o poder na sociedade americana. Tendo em vista o processo de burocratização e institucionalização em voga, não se trata de observar apenas os agentes, mas priorizar as posições institucionais que representam os postos-chave da sociedade americana. A sua análise acaba culminando em uma “sociologia das posições institucionais”, que estão no topo da hierarquia formal das

ordens política, militar e econômica. Identificadas estas posições, tem-se o mapa da elite política da sociedade americana do pós-guerra.

Este procedimento ficou conhecido como “método posicional” já que associa a elite política (e a posse do poder) aos cargos formais das instituições em uma comunidade. Robert Dahl (1970) levantou-se contra este procedimento ao afirmar que Mills confundiu potencial de controle com controle de fato, bem como poder real e poder latente. Segundo a ótica dahlsiana, a “elite dirigente” só pode ser identificada em casos concretos de disputa política, isto é, em processos decisórios conflituosos. Nestes casos, o grupo que consegue fazer valer as suas preferências é que tem o poder de fato e, conseqüentemente, é uma elite dirigente. Portanto, há uma miríade de elites dirigentes dispersas e em disputa na sociedade. A decorrência da perspectiva de Dahl é a de que as elites só são identificáveis por meio de processos decisórios e não pela ocupação de postos políticos formais⁷.

Floyd Hunter (1953) formulou o “método reputacional”, que se distingue dos dois anteriores por se preocupar com agentes que não estão nas instituições formais necessariamente e que nem mesmo participam de decisões políticas. Estes agentes deteriam o poder em função de sua influência sobre os operadores das instituições ou decisões.

Putnam (1976) procura rearticular estas divergências ao afirmar que os dados disponíveis com base em diversos métodos têm mostrado que, nos pontos mais importantes, quando se trata de instituições centrais para uma dada sociedade, em geral há coincidência entre os que ocupam essas posições, os que são reputados como poderosos e os que de fato tomam as decisões. Isso acontece porque em sistemas complexos, as relações

⁷ O que não impede que detentores de postos formais sejam membros da elite dirigente, mas isto depende da observação de sua prevalência em casos de decisões concretas.

formais e informais tendem a convergir no topo das instituições (Putnam, 1976, p. 18). E sugere que as pesquisas comecem pelo mais prático, que é o ocupacional ou posicional, já que diz respeito aos cargos formais da hierarquia das instituições políticas.

De fato, hoje em dia parece crível que os ocupantes das posições formais de representação na moderna poliarquia sejam detentores de poder e componham a elite política, o que não exclui a existência de agentes influentes que não estão nestas posições.

A caracterização de Putnam é muito útil para estruturar a discussão. Filiado à perspectiva da estratificação política, este autor afirma que as pesquisas demonstram a existência de forte correlação entre a posse de determinados recursos e a capacidade de influência política. Os recursos que mais permitem influência política são: interesse político, educação, conhecimento e sofisticação política, habilidades e recursos políticos, prestígio, posições políticas e recursos socioeconômicos. Os dados empíricos permitem, com grande segurança, generalizar a afirmação de que os que têm maior quantidade desses recursos, têm mais influência política (Putnam, 1976, p. 8-9). Além disso, embora estes recursos estejam desigualmente distribuídos na sociedade, não estão concentrados na mão de um único grupo. Daí que se aproxima de autores como Dahl, que concebem uma certa estratificação política, sugerindo a existência de distintos níveis de estratos políticos, que vão desde os decisores até os não participantes (são seis os seus estratos: decisores, influentes, ativistas, politicamente atentos, votantes e os não participantes)⁸.

Os decisores são aqueles que em geral possuem cargos públicos (embora não apenas eles) diretamente envolvidos em decisões nacionais e compõem o topo da elite política. Baseado em um amplo repertório bibliográfico, Putnam afirma que as elites

⁸ Putnam diz que essa divisão é importante, porque o problema do poder não é de “tudo ou nada”, mas sim de “mais ou menos”: nessa estratificação fica claro que os decisores têm mais influência, mas não têm toda a influência.

políticas são compostas predominantemente por indivíduos oriundos de grupos de alto status socioeconômico. Neste sentido, a explicação para os atributos mais básicos estão relacionados ao mundo socioeconômico e à estrutura social. Entretanto, como nem todos aqueles detentores de um perfil “elitista” chegam a fazer parte da elite, trata-se de saber, em seguida, quais as avenidas pelas quais estes agentes passam. Putnam está indo adiante ao afirmar duas coisas interligadas no processo de recrutamento: a) a estrutura da sociedade: recursos socioeconômicos concentrados favorecem a ascensão política de alguns; b) a estrutura do sistema político: o sistema político pode ter um desenho institucional que dificulta o acesso de indivíduos das classes mais baixas (como por exemplo o alto custo do processo eleitoral ou o alto custo para se ter uma educação que gere competência para passar em concursos públicos). Perguntando-se sobre o que faz com que alguns indivíduos cheguem a estes postos, Putnam afirma que:

Como concebido aqui, o recrutamento político refere-se ao processo que seleciona dentre os milhões socialmente favorecidos e politicamente motivados compreendendo o estrato político aqueles milhares que atingem as posições de influência nacional significativa. O recrutamento nesse sentido é afetado por vários fatores estudados pelos cientistas políticos – organização partidária e competição partidária, leis eleitorais e comportamento eleitoral, grupos de pressão e pessoal administrativo e muitos outros (idem. p. 46).

Portanto, parte da explicação para a formação da elite encontra-se em variáveis socioeconômicas e estruturais, mas parte deve recair em variáveis político-institucionais. A primeira pode explicar porque alguns agentes são excluídos, mas dificilmente explicará

como alguns chegam ao topo e outros não. Esta análise, que se refere especificamente ao “como”, deve se basear nas características de carreira dos líderes políticos.

Guttsman (1965) vai além nesta discussão: de acordo com os seus dados sobre a elite política inglesa, afirma que é importante conhecer as impressões e percepções da elite sobre a sua renovação ou sobre a entrada de novos membros para poder explicar o padrão de recrutamento ao longo do tempo. Portanto, as dimensões motivacionais adquirem maior destaque nesta perspectiva, colocadas à prova por meio da análise de como a aristocracia dificultou a entrada de políticos no interior dos partidos ligados à classe média na Inglaterra mesmo depois da ampliação do sufrágio⁹.

Mattei Dogan (1999), por sua vez, procura estabelecer uma tipologia dos homens políticos, abandonando a preocupação de explicar o recrutamento e mais interessado em detalhar os aspectos da *profissionalização*, destacando, portanto, o “político profissional”, que é marcado por uma série de características distintivas: vocação precoce para a política, carreira política longa, recursos provenientes exclusivamente (ou quase) das atividades políticas que exerce e uma competência política baseada na oratória, na negociação e na capacidade de decidir.

Segundo Dogan, o recrutamento, no caso francês, se dá em especial naquelas atividades que facilitam o exercício de habilidades requisitadas: professorado, advocacia, mandarinato, jornalismo, hierarquia sindical. Esse recrutamento se dá por meio de: osmose, matriz, viveiro, cadinho, afinidade, proximidade e oportunidade. Existem atividades em relação as quais a política é mais permeável (osmose); existem atividades que servem de

⁹ Guttsman vai além e afirma que a explicação sobre a entrada e trânsito na elite só é possível com base em dados qualitativos de casos exemplares, já que os dados quantitativos apenas dão conta do “como” se chega ao topo da elite, mas não conseguem explicar o “por quê” (Guttsman, 1965, p. 201).

matriz; outras que servem de cadinho, outras que são viveiros de político, outras que estão próximas da atividade política:

A absorção na esfera política por empréstimo da sociedade civil se produz mais facilmente pelas profissões intelectuais. Há setores privilegiados, fundados sobre uma afinidade evidente. Esses setores são os que dominam o verbo e a caneta: o advogado, o professor, o jornalista, o mandarim e o sindicalista (Dogan, 1999, p. 174).

Na França, além disso, há poucos novos parlamentares “sem profissão”. Poucos entram diretamente no parlamento. Junto com a profissão original, o indivíduo leva alguma atividade política que em caso de sucesso pode se transformar na atividade principal. Somente após a entrada no parlamento e com a condição de que dure é que se abandona a profissão original. Isso é facilitado por profissões como advogado e funcionário público, que podem exercer as duas coisas ao mesmo tempo ou podem voltar à atividade profissional se abandonarem a política. O período de exercício das duas profissões ao mesmo tempo tem a ver o que o prestígio desta última. Quanto mais tempo de carreira, menor o índice de acúmulo entre as duas profissões (idem, p. 176).

Abordagem semelhante, porém num marco mais abstrato e conceitual, encontramos em Michel Offerlé (1999) quando discute as profissões e a profissão política. Do ponto de vista das profissões, podemos falar dos homens políticos a partir de duas perspectivas: a) da profissão anterior, antes de entrar na política e b) do seu estado atual como político profissional. Offerlé insiste que é preciso levar em consideração a importância da autonomia do campo político: “o médico que vive para e da política não é

mais um médico, ele não está mais submetido ao julgamento de seus pares do corpo médico... mas sim daqueles que participam do espaço político (Offerlé, 1999, p. 10). No entanto, a origem social, o *social bakground* também é importante:

não é menos verdade que os que ocupam uma posição semelhante no espaço político não são intercambiáveis [...] O fato de haver um pessoal político não apenas de direita ou de esquerda, mas cujo centro de gravidade social está ‘em cima ou em baixo’ e em tal partido do ‘alto’ (os intelectuais, os altos funcionários, as profissões liberais) não é desprovido de efeitos imediatos sobre as formas de competição política, sobre o estilo da vida política, sobre a gestão das políticas simbólicas [...] e sobre o conteúdo das políticas públicas (idem, p. 34).

No que diz respeito às homologias entre algumas profissões e a profissão política, o autor destaca que é no âmbito do profissionalismo liberal que se encontram as maiores semelhanças originais com a atividade política: demarcação em relação ao profano, aprendizagem e aquisição de um saber específico, dispositivo de seleção e de controle para a entrada, instituições legalmente reconhecidas para a sua gestão e procedimentos corporativos de vigilância interna e externa (idem, p. 16).

Dentre os trabalhos voltados para elites políticas, um dos mais importantes e abrangentes é o organizado por Pippa Norris (1997). A partir de um estudo coordenado por diferentes autores em diferentes países, o livro *Passages to Power* busca mostrar a forma com que diferentes arranjos institucionais e diferentes aspectos individuais promovem diferentes vias para o recrutamento de parlamentares. A questão colocada para todos os casos estudados é de como atores individuais interagem com contextos institucionais

diferentes (p. 01). Apresenta a “teoria do funil de determinação”, onde parte-se de uma ampla gama de aspirantes para um número reduzidíssimo de eleitos. Mesmo com este foco, Norris sublinha de antemão que o *background* social e a experiência política dos candidatos são categorias-chave para a ascensão ao parlamento. Daí a autora chegar a afirmar que se o processo de recrutamento fosse neutro, teríamos nos parlamentos um microcosmo da sociedade. Porém a valorização de alguns atributos frente a outros, influencia o perfil das instituições e o perfil de governo.

Uma das principais contribuições é a de avançar naquilo que alguns autores já vinham apontando, dando um caráter mais sistemático para o recrutamento político como um processo e analisando-o em *etapas*: aspirantes→candidatos→eleitos. Sabendo que estes passos são dois filtros: i) seleção pelo sistema e pelo *selectorate* e; ii) eleições. Se existem filtros, é preciso estudá-los para saber de que forma se agrupa a base sistemática de candidatos e de parlamentares. O trabalho empreendido procura captar, então, as diferenças entre estes diferentes atores (faça-se a repetição, necessária, neste caso, para entendimento), no contexto partidário e pós-eleitoral, de onde se medirá exatamente aqueles que procuram chegar ao posto político, mas não conseguem.

Desta forma, comparando dados demográficos (idade, gênero, ocupação, etnia, escolaridade), recursos eleitorais e motivações individuais de cada universo (eleitos, candidatos e aspirantes), o estudo logra detectar onde se encontram os filtros partidários mais decisivos para a seleção dos “vencedores”.

Tendo em vista esses trabalhos, pode-se sintetizar algumas questões importantes que sobressaem deste balanço. Em primeiro lugar, a abordagem das origens sociais da elite

política não deve ser entendida como uma tentativa de reduzir (ou mesmo explicar) o comportamento político dos agentes às variáveis de origem social. Tal empresa só pode ser erigida com base em variáveis fundamentais ao tema da ação política, dentre as quais se destacam regras institucionais, conjunturas políticas, valores e opiniões, etc. Não obstante, diversos autores afirmam que o descaso com a dimensão da origem social nos estudos de comportamento podem levar a uma abordagem que desconsidera o peso das *disposições duráveis*, colocando o *social background* como um dos elementos externos à atuação política (Offerlé, 1999, p. 19).

Em segundo lugar, os estudos que promoveram alguma explicação baseada em variáveis sociais não deixam de atribuir peso aos processos de socialização e treinamento dentro das instituições políticas como processos fundamentais na formação do perfil político do indivíduo. Deste ponto de vista, as análises que relacionam origens sociais com itinerários institucionais e político-partidários fornecem subsídios úteis na análise de distintos padrões de composição política de gabinetes e bancadas parlamentares. Gerações políticas forjadas em ambientes institucionais diversos tendem a manifestar diferentes formas de adesão a certos princípios políticos, sobretudo quando esta diferença se dá entre momentos autoritários ou democráticos. Paralelamente, o peso do recrutamento partidário e da socialização intra-partidária fornece padrões distintos de compromisso com as organizações (Panebianco, 2005) e o que dele decorre em sua atuação parlamentar.

Ainda assim, o alerta de Robert Putnam (1976) deve ser levado em consideração: o uso de variáveis de origem social e carreira política para explicações de processos decisórios só pode ser realizado caso sejam complementados com análises das dimensões concretas das decisões tomadas.

Entretanto, esta ponderação metodológica não desautoriza o estudo dos processos sociais e políticos de formação das elites políticas. Seja do ponto de vista da constatação de certos “filtros” sociais, seja pelo prisma das “avenidas” institucionais (Giddens, 1974), estes trabalhos fornecem indicadores importantes de determinadas estruturas sociais que se conectam com as estruturas políticas no processo que leva a seleção de certos agentes e na exclusão de outros para os cargos públicos. Na medida em que este processo pode variar em termos regionais, temporais ou mesmo no interior da hierarquia dos postos políticos, a sua análise parece fornecer elementos importantes para a análise da relação entre estrutura social e estrutura política (Giddens, 1974, Putnam, 1976).

2. ELITES POLÍTICAS E RECRUTAMENTO LEGISLATIVO NO BRASIL

Esta seção pretende fazer um breve balanço dos trabalhos dedicados aos estudos de elites políticas no Brasil e avaliar os principais pontos em aberto na literatura nacional.

Em função da diversidade de questões e dos procedimentos metodológicos de cada estudo, procurarei dar um tom mais unitário ao texto, priorizando os resultados e as principais características atribuídas pela literatura ao pessoal político do país ao longo do tempo, com especial destaque para o segmento parlamentar em períodos democráticos.

Mesmo com esta ênfase, é imperioso apresentar os estudos que recobrem “elites políticas” em geral, sobretudo aqueles que figuram como referências obrigatórias no assunto. Dentre estes, um dos mais amplos já realizados é o trabalho de José Murilo de Carvalho, dedicado a pensar o problema da unidade do Estado brasileiro durante o Império. A hipótese sugerida em *A construção da ordem, a elite política imperial*, é a de que a elite política nacional, por sua homogeneidade de formação e treinamento, ao lado da coesão conferida por visões de mundo (e em termos de opções políticas também) foi a responsável pela manutenção da unidade estatal brasileira. Com um amplo levantamento da origem familiar, locais e tipos de formação escolar, treinamento no interior do Estado e os valores desses indivíduos, o estudo demonstra como a combinação de diversos traços de formação e trajetória, comuns aos principais operadores do Estado brasileiro, possibilitou uma ação mais ou menos orientada para preservar a unidade territorial e a centralização do poder estatal.

É possível afirmar que Carvalho tem como inspiração os principais “tratados” de elites políticas, que se propõem relacionar uma radiografia do pessoal político de uma

comunidade com o seu contexto demográfico, econômico e social, além de concatenar o seu objeto no contexto de processos políticos definidos. Neste sentido, aproxima-se daquele tipo de estudo mais completo tal como apresentado por Putnam (1976), no qual as elites são uma espécie de “lente” para enxergar processos políticos e históricos, desde que se façam as contextualizações adequadas.

Outro estudo monográfico fundamental é o trabalho de Joseph Love (1982), *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira*, sobre o estado de São Paulo na Primeira República (1889-1930). Partindo de um projeto de pesquisa coletivo que comungava da mesma estrutura e organização temática – isto é, ao lado dos trabalhos de Levine (1978) sobre Pernambuco e Wirth (1977) sobre Minas Gerais – trata-se de uma obra que ficou conhecida como um “clássico” do regionalismo, justamente por enfatizar a dinâmica das unidades subnacionais no contexto do federalismo brasileiro; e isto, diga-se, em um intervalo de relativa descentralização política, entre o final do Império e o Estado Novo. Assim, produz um apanhado sobre a economia, a população, a cultura e sobre as elites políticas paulistas, mas sem deixar de traçar as conexões com a economia brasileira, a exportação e as interligações da elite política estadual com as elites de outros estados e com aquela que chega a ser a elite política nacional.

Com um tratamento empírico exaustivo, coloca em evidência a ampla homogeneidade da elite política paulista, “recrutada dentro das mesmas camadas sociais, cuja identidade era dada por experiências e valores compartilhados e por padrões de carreira muito semelhantes” (Love, 1982, p 215). Mas esta imagem não é fixa e imanente. Baseando-se em recortes por “gerações”, coloca em evidência a passagem de uma elite agrária mais tradicional, que paulatinamente se torna mais urbana e com maiores contatos com o mundo dos negócios (proporcionado pelo avanço da economia do café), embora sem

perder a sua base econômica ligada ao mundo rural. Igualmente, a distinção das gerações permite que se diferencie a composição e orientação ideológica dos componentes do PRP, bem como dos demais partidos. Neste sentido, por sua cobertura temporal e densidade empírica, permite uma análise da elite política paulista ao mesmo tempo homogênea e em movimento, mudando no contexto das amplas transformações econômicas e no interior das organizações políticas. Entretanto, diferentemente de Carvalho, o trabalho de Love e seus colegas não chega a fazer análise de decisões políticas, deixando em aberto a possibilidade de relacionar a elite às escolhas políticas do período.

Além disso, até onde se conhece, é o único trabalho no Brasil que elenca uma série de casos de biografias individuais para tratá-los em separado, de forma qualitativa e em maior detalhes, culminando naquilo que diversos autores europeus costumam produzir como “casos exemplares”. Ou seja, após um amplo quadro quantitativo da elite política, sob diversos critérios e coortes, reconstitui os passos cruciais de cinco casos individuais que expressam os pontos fundamentais daquele quadro mais amplo.

David Fleischer (1982), em seu estudo sobre a elite política mineira durante a Primeira República, trabalha com a categoria “estrutura de oportunidades”, para analisar as distribuições *regionais* dos deputados federais do período. Segundo a sua conceituação, as regiões “exportadoras” de indivíduos para outras regiões do estado tinham mais aspirantes políticos do que a estrutura de oportunidades comporta; ao passo que as regiões “importadoras” seriam carentes de aspirantes nativos, que estariam em menor número do que as oportunidades existentes (Fleischer, 1982:19). Naturalmente, tal estrutura de oportunidade pode ser melhor compreendida pela observação das especificidades regionais, com regiões próximas de universidades e com alta taxa populacional e de industrialização (exportadoras), ao passo que regiões menos desenvolvidas apresentariam uma estrutura de

oportunidades mais “fácil” (importadoras) aos políticos das regiões com alta competitividade. Além desta relação entre as oportunidades regionais e os nexos com a estrutura socioeconômica, uma relação com a especificidade do sistema político local também é estabelecida, na medida em que coloca a existência de um “balanceamento” de forças regionais para compor as chapas de presidentes e vice-presidentes estaduais, com o presidente tendo bases fixadas nas regiões mais desenvolvidas e os vice-presidentes com suas bases nas demais regiões, estratégia necessária para o sucesso eleitoral, dada a estrutura quase bipartidária e a necessidade de retirar dividendos políticos do clientelismo localista.

Sérgio Miceli propõe uma análise da elite política abrigada sob as hostes do PSD e da UDN no período que vai de 1930 até 1945 (Miceli, 1981). Entretanto, diferentemente dos estudos acima, a pesquisa está calcada em um modelo de explicação mais propriamente sociológica. A especificidade do trabalho de Miceli para com os demais está na tentativa de explicar a emergência de organizações partidárias concorrentes e ideologicamente distintas com base em variáveis “classistas”, entendidas como um emaranhado de relações entre grupos econômicos (proprietários rurais ou urbanos, exportadores, industriais ou financeiros), redes de sociabilidade e configuração sócio-profissional dos agentes – além da forma de inserção no interior do aparelho do Estado. Deve-se observar, todavia, que esta proposta “classista” não quer dizer marxista no sentido tradicional, mas se diferencia de abordagens presas aos condicionantes institucionais e estritamente políticos, por um lado, e que também rejeita as postulações classistas tradicionais que “não hesitam em referir organizações partidárias às classes ‘fundamentais’” (Miceli, 1981, p. 559), por outro. O que ganha relevo, portanto, são as características sociais dos agentes (perfil, relação com o mundo dos negócios privados), inserção e posição no interior do sistema de cooptação e as

oligarquias regionais, bem como tentativas de negociar e remanejar diferentes posições em prol de um projeto político socialmente circunscrito.

Assim, mesmo com a unificação em torno do poder econômico e político comum às legendas, as “elites ou classes dirigentes” apresentaram diferenças básicas de composição às duas agremiações. Em comum está a presença de figuras ligadas à propriedade agrária em diversos estados. A diferença se deu também com base no critério econômico: enquanto o PSD concentrou as lideranças industriais emergentes, a UDN contou com a colaboração de grupos financeiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia (idem, p. 562). Além disto, a UDN apresentava um perfil social que congregava elementos dos setores agrários ao lado de bacharéis e profissionais liberais do mundo urbano:

O partido oposicionista [a UDN] recrutou a maioria de seus parlamentares nos círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço de antigos clãs oligárquicos já atuantes durante a Primeira República (idem, p. 562).

O PSD, por sua vez, além de quadros egressos do mundo agrário e industrial, manteve um canal de recrutamento mais estreito com o regime de Vargas que, além das alianças com a liderança patronal industrializante, se valeu do pessoal abrigado sob as interventorias e dos elementos de destaque nas corporações burocráticas.

Estas diferenças foram responsáveis por marcar as posições das elites partidárias no interior da luta política corrente, ao ponto de colocar o PSD em condições mais propícias para a formulação de um projeto político ampliado, incorporando setores sociais

que não estavam no seu seio, para evitar o avanço dos opositoristas mais importantes, UDN ou PTB. Daí que, o projeto de se inscrever no universo trabalhista urbano ganha significado, o que não ocorreu com a UDN.

Parece fazer algum sentido, dessa forma, a declarada intenção de Miceli de propor uma análise “classista”, isto é, não apenas identificar as relações entre “organizadores políticos e bases sociais” entendidas num sentido ampliado de redes de sociabilidade das profissões hegemônicas do período e mundo econômico, mas também encontrar claramente efeitos políticos (ou pelo menos programáticos) para estas distintas bases no interior da disputa político-partidária; com isso, o autor propõe, ao final, a hipótese segundo a qual o perfil social e econômico dos setores da elite dirigente na base de formação da UDN marcou, de maneira irremediável, os limites do seu campo de influência que, ao excluir setores de não proprietários, inviabilizou qualquer chance de elaborar um projeto para as classes populares, mesmo dentro dos cânones populistas (idem, p. 596). Percebe-se que o modelo relaciona, clara e explicitamente, as condicionantes sociais e econômicas da representação política. Dito de outra forma: distintas bases econômicas sócio-profissionais, ao moldar diferentes organismos partidários, marcaram suas características e seus interesses, culminando na elaboração de uma visão diferente acerca dos rumos da política econômica e da organização social e política do país.

Seguindo uma linha cronológica, o trabalho seguinte que recobre a elite política nacional, é o de Sérgio Soares Braga (1998), sobre os parlamentares constituintes de 1946. Inspirado nos esquemas descritivos do “Quem foi quem”, Braga se concentra em uma análise pormenorizada das bancadas partidárias e regionais da Constituinte, comparando-as com os dados de Rodrigues para a Constituinte de 1987. Em linhas gerais, esse trabalho cumpre um papel fundamental de coleta e sistematização de dados esparsos ou mesmo

inexistentes, corrigindo equívocos de documentos oficiais ou fornecendo informações que sequer existiam em fontes documentais do período¹⁰.

Além disto, a contribuição analítica de Braga (1998) se concentra em dois níveis: em primeiro lugar, a ênfase na dimensão regional das bancadas partidárias, desagregando-as por estados da federação. Em segundo lugar, o esforço comparado, baseado sobretudo na pesquisa de Rodrigues para a Constituinte de 1987.

Os resultados de Braga (1998) nos dizem que o PSD foi o partido com a bancada mais diversificada do ponto de vista de sua composição, mesclando gerações mais antigas do pessoal político, com outros formados nas interventorias do Estado Novo, bem como uma ampla diversidade sócioeconômica em seu seio. O maior partido da Constituinte de 1946, além disto, possuía a maior parcela de indivíduos com experiência *governamental* anterior, ou seja, um partido amplamente ligado ao Estado (seja em nível federal, ou mesmo em nível estadual, nas interventorias, secretarias de estado, conselhos administrativos) e de onde retirava cerca de 80% de seus representantes eleitos.

Já a UDN, apresentava um perfil social mais bem definido, com 97% de indivíduos com ensino superior completo e com o predomínio muito claro dos advogados (65%). Isto foi responsável por colocar a UDN como o partido com a maior parcela de profissionais liberais militantes, isto é, que não apenas possuíam o diploma universitário, mas efetivamente tiveram ocupações liberais e tradicionalmente urbanas. Sobre a carreira política dos udenistas, Braga constata que foi o partido com o maior escopo de experiência

¹⁰ Neste sentido, o trabalho de Braga constrói e apresenta uma “ficha biográfica” de cada um dos parlamentares constituintes de 1946, que contempla seu nascimento, paternidade, escolaridade, formação profissional, trajetória política e uma súmula de sua atuação na elaboração da Constituinte. É, portanto, uma fonte de pesquisa e um material muito vasto sobre aqueles membros parlamentares. Por isto, é um dos trabalhos mais rigorosos de reconstituição das “biografias coletivas” (prosopografia) que se tem no Brasil.

parlamentar (nos três níveis), ficando logo atrás do PSD no que diz respeito à ocupação de cargos governamentais.

No que diz respeito ao PTB, além de possuir a terceira maior bancada, foi o partido com uma penetração nacional mais restrita, concentrando seus melhores resultados eleitorais no Distrito Federal e em São Paulo – o que lhe conferiu a bancada mais concentrada em uma única região do país, pois 82% de seus representantes foram eleitos no Sudeste. Socialmente, os “trabalhistas” apresentaram um perfil menos elitista, com menores índices de diplomados no ensino superior (73%), uma bancada mais jovem, que girava em torno dos 40 anos, maior penetração de advogados de associações sindicais ou ligadas ao Ministério da Justiça e do Trabalho, bem como os pequenos proprietários de terra. O treinamento político dos petebistas detinha quadros com uma baixa experiência parlamentar, mas com uma parcela com passagem por postos governamentais e sobretudo a maior bancada com passagem por cargos no Governo Federal do regime varguista¹¹.

Deve-se destacar que o “Quem é quem”, elaborado por Sérgio Braga, foi o trabalho que procurou tratar em separado a elite parlamentar do período. Embora tenha sido posterior a outros estudos voltados exclusivamente para os parlamentares (Rodrigues, 1987; Fleischer, 1982), foi aquele que voltou ao passado para reconstituir elites políticas presentes no parlamento nacional, já que os demais enfocaram grupos de momentos mais recentes (no caso de Rodrigues), ou então examinavam parlamentares de um único estado (Minas Gerais, no caso de Fleischer).

A Constituinte de 1987-88 também foi objeto de uma pesquisa sobre seus membros. Trata-se do trabalho de Rodrigues (1987), que também elaborou um perfil social

¹¹ Sérgio Braga detalha os demais partidos, mas as suas contribuições são justamente as descritivas que não cabem nesta discussão da literatura.

e político dos parlamentares que elaboraram a Carta de 1988. Neste trabalho, duas características chamam a atenção por se diferenciarem dos demais até aqui apresentados: a utilização de questionários¹² como ferramenta de coleta de informações e uma preocupação com a configuração do quadro partidário, resultante da eleição. Além destes dois pontos, se assemelha ao trabalho de Braga por apresentar uma análise mais detida a respeito do perfil ideológico dos parlamentares tomados individualmente, apresentando também um pequeno perfil individual com informações sobre perfil sócio-profissional, carreira política e orientações políticas de cada parlamentar¹³.

As dimensões regional e partidária dos constituintes são enfatizadas por Rodrigues, que apresenta sempre resultados agregados para toda a Câmara dos Deputados, depois por partidos e regiões, destacando as singularidades de um partido ou região em cada quesito de seu questionário.

Seus achados apontam para uma Constituinte com preponderância da centro-esquerda, em função de parlamentares com estas inclinações no interior do PMDB e partidos à esquerda (PT, PDT e Partidos Comunistas). Com ampla maioria de indivíduos advindos das ocupações liberais e intelectuais (professores, bacharéis, médicos e engenheiros), o Congresso parecia dominado por indivíduos de classes médias e altas, com elevada escolaridade.

¹² Rodrigues aplicou os questionários apenas aos deputados federais eleitos para a Constituinte. De acordo com seus argumentos, a exclusão do universo dos senadores se deu em função de um grupo numericamente reduzido – o que dificulta as análises por partido ou região, além da presença de indivíduos eleitos em 1982 na Câmara Alta, o que fugiria ao critério de analisar a parte da classe política resultante das escolhas dos eleitores de 1986 para a Assembléia Constituinte.

¹³ Na verdade, como o trabalho de Rodrigues é anterior, é o de Braga que se assemelha ao de Rodrigues neste ponto: a preocupação em registrar a posição dos parlamentares a respeito de problemas de política econômica e de opções constitucionais específicas.

Do ponto de vista do quadro partidário, Rodrigues identifica maior coesão nos extremos do espectro ideológico (isto é, na esquerda e na direita), em função de: i) baixas taxas de mobilidade partidária (variando em torno de 30%) entre os parlamentares dos partidos de esquerda e de direita, comparativamente aos de centro, maior (entre 50 e 60%); e ii) maior presença de profissionais intelectuais à esquerda do espectro, assim como se encontram empresários em maior quantidade à direita deste. Embora o grande grupo ocupacional da Constituinte fosse o das profissões liberais e intelectuais (a ponto de se fazer sensível em todos os partidos e bancadas ideológicas), estas estariam em proporção superior na esquerda e inferior na direita. O centro representava um campo mais heterogêneo socialmente, com presença de diversos estratos sociais, inclusive o de profissionais liberais e intelectuais.

Analisando as forças regionais, Leôncio Martins Rodrigues destaca uma razoável homogeneidade política dos parlamentares nordestinos. Segundo os seus dados, a bancada do Nordeste aparece como mais claramente vinculada aos partidos de direita do espectro ideológico, possui maior passagem por cargos administrativos de confiança, em nível estadual sobretudo, além de apresentarem uma carreira política que se inicia em patamares mais elevados, isto é, independem de vereança e cargos de prefeito em pequenas cidades, se comparados aos grupos das demais regiões.

Estudos diacrônicos que procuraram examinar muitas legislaturas foram os de Fabiano Santos (2000) e André Marengo dos Santos (1997). O primeiro é um esforço comparativo de traçar as linhas de mudança na composição da Câmara dos Deputados entre os três períodos políticos da história brasileira, a democracia de 1946-64, o regime ditatorial-militar e a democracia pós 1985. A questão básica que mobiliza seus esforços é a seguinte: “Teriam os governos militares promovido alguma intervenção no filtro político

brasileiro?” (Santos, 2000, p. 95). Isto é, se o papel da tecnocracia teria algum impacto na composição da Câmara Baixa ao longo dos anos?¹⁴

As evidências de Santos demonstram que, do ponto de vista sociológico, pouco se alterou com as mudanças introduzidas pelos militares, sejam eleitorais, sejam de atribuições do legislativo. Portanto, embora tenha havido um leve incremento da presença de engenheiros e economistas, isto não chegou a ser suficiente para diagnosticar uma mudança crucial, já que as profissões tradicionais continuaram a existir (advogados, profissionais liberais, professores, jornalistas).

O que se altera de forma significativa, segundo Fabiano Santos, é a estrutura de oportunidades políticas do país entre os dois períodos democráticos. Ao enfraquecer o sistema partidário (esvaziando eleições para o Executivo e alterando o quadro partidário), e ao retirar prerrogativas do poder legislativo, o regime militar provocou mudanças fundamentais que tiveram efeito na forma de retenção dos parlamentares no período posterior (pós 1988). O que vemos comparativamente é que no período 1946-1964, o Legislativo gozava de força para aprovar sua agenda. No pós-1988 isso não ocorre. O que mostra que o período 1946-1964 foi caracterizado por alta competitividade eleitoral e alto poder decisório do legislativo; enquanto no pós-1988 temos alta competitividade eleitoral com baixo poder decisório.

Neste sentido, os dados apresentados mostram que a experiência política era um recurso amplamente significativo no período 1946-1964 e não o é nos dias atuais. Atualmente, os políticos que passam pela Câmara dos Deputados almejam na verdade

¹⁴ Mas não apenas por essa via, já que a intenção dos militares, segundo Santos, era alterar a composição do legislativo por meio do incremento de candidaturas de indivíduos munidos de perfis mais técnicos independente da sua passagem por cargos governamentais anteriores.

cargos mais promissores no Executivo, daí que as mudanças ocorridas no regime militar, bem como as prerrogativas legislativas consagradas na Carta de 1988 colocaram a Câmara dos Deputados em uma posição de desvantagem no que diz respeito à *retenção* dos principais líderes políticos do país.

Marengo (1997) vai de encontro a Santos quando discute o problema das fronteiras do campo político no Brasil, preocupado em compreender quais são as principais rotas e ocupações dos deputados federais nos dois períodos democráticos brasileiros (1946/62 e 1986/64), para determinar o grau de erosão ou de sedimentação da elite política. Se a oportunidade de ascensão política depende de longa passagem parlamentar e longo tempo de carreira política, temos uma classe política sedimentada. Se, por outro lado, as oportunidades aparecem aos que possuem escassa experiência política, estamos diante de um sintoma de “erosão intra-elite”.

A imagem de uma classe política fechada deveria ser confirmada por indicadores que mostrassem a longa permanência dos indivíduos em diversos mandatos e pela larga experiência política dos mesmos. Então teríamos um grupo fechado que monopolizaria as oportunidades de ingresso na vida parlamentar (Marengo dos Santos, 1997, p. 2).

Para medir a experiência prévia, Marengo utiliza-se de indicadores tradicionais de tempo de carreira e tipos de cargos ocupados. Para medir os vínculos partidários, o autor levanta o tempo que o congressista esteve filiado ao partido antes de eleger-se.

Percebendo mudanças internas dos parlamentares, Marengo distingue os “novatos” dos mais experientes, ou os “outsiders” das “raposas”. Os “novatos”, estes debutam na carreira política em cargos de menor prestígio, como vereadores, prefeitos ou cargos de

confiança da administração pública. Os que têm seu ingresso tardio, iniciam em ocupações anteriores que os levam *diretamente* à Câmara dos Deputados, mobilizando recursos adquiridos ao longo da vida profissional para ingressar diretamente na Câmara.

Além disto, compara os partidos e descobre que os maiores investimentos em lealdades partidárias acontece no interior do PT, ao passo que em partidos como o PTB, o tipo de lealdade é precário, inconstante ou volúvel. Assim, chega a demonstrar que o recrutamento político no Brasil não segue um padrão rígido, fechado, porém se apresenta mais ou menos franqueado a diferentes indivíduos e em tipos de capital extra-político. Assim:

[...] A estrutura de oportunidades para o acesso ao Legislativo vem premiando o *self-made man*, que se faz à margem do mundo político e não depende deste para sua sobrevivência. O que incentiva os jogos do tipo *soma-zero, tudo-ou-nada*, uma vez que o que se pode perder não é tão grave, e o prestígio alcançado e o resultado menos de um status compartilhado e mais da distinção individual (Marenco dos Santos, 1997, p. 21).

Estes dois trabalhos enfatizam largamente os traços de carreira política dos parlamentares, preocupados com problemas de *institucionalização* das instituições, quer nos refiramos aos partidos políticos ou ao legislativo. Neste sentido, o estudo da composição dos seus membros é utilizado para o fornecimento de indicadores que ilustram problemas institucionais ao longo do tempo. Ou, dito de outra forma, as instituições são variáveis explicativas e os traços do perfil das carreiras são as variáveis dependentes daquelas.

Situado no registro teórico da sociologia política, Leôncio Martins Rodrigues colocou novas questões para a análise da classe política do país. O livro *Partidos, Ideologia*

e *Composição Social* (2002) focaliza a composição social interna dos seis principais partidos representados na Câmara Federal, tentando em primeiro lugar analisar se existe uma composição característica de cada agremiação e, em caso positivo, testar se tal composição está de acordo com a posição do partido no espectro ideológico esquerda-centro-direita.

Baseando-se no período da 51ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1999-2003) e em informações sobre as profissões e as declarações de bens dos parlamentares, chega a conclusões instigantes sobre a suposta “anarquia” dos partidos políticos. Segundo os seus dados, há uma “composição social dominante”, ou seja, não exclusiva, aos partidos que pode ser assim descrita: partidos de esquerda recrutam seus quadros entre os intelectuais (professores de diversos níveis, jornalistas), profissionais liberais e trabalhadores assalariados qualificados. Os partidos de direita, por sua vez, são marcados pela composição social dominante de empresários (de diversos ramos e níveis), além de executivos e dirigentes de empresas, e os partidos de centro são definidos mais em função de seu ecletismo, já que recruta seus quadros em diversas camadas sociais médias e altas, sejam elas de empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e assim por diante¹⁵.

De forma menos sistemática, implícito a este “quadro” das bancadas partidárias, está a noção de que tal composição se estabelece de acordo com as posições tradicionalmente assumidas pelas diferentes posições no eixo ideológico. Sem detalhar programas partidários e nem uma “plataforma” de cada um dos partidos brasileiros,

¹⁵ Cabe enfatizar que a existência de mais empresários nos partidos de direita no que nos de esquerda, por exemplo, não signifique que inexistem empresários nos partidos à esquerda do espectro. Igualmente, são encontrados intelectuais nos partidos de direita, embora em menor proporção que nos partidos da esquerda. Os dados baseados nas declarações de bens (declarações fornecidas pelos candidatos aos TREs dos estados) corroboram estes achados: um perfil mais elitizado, do ponto de vista econômico, entre a direita, e um perfil típico de rendas médias entre os membros das bancadas de esquerda.

Rodrigues demonstra certas tendências da esquerda, do centro e da direita em relação a temas-chave. Portanto, seu foco está realmente no problema da composição social dos partidos, mais preocupado com a morfologia do legislativo advinda das urnas, do que com problemas de ação política propriamente dita.

Não cabe aqui entrar em todos os detalhes do livro mencionado, mas sua análise discute ainda os diplomas superiores dos parlamentares, desagrega os dados por região do país e também traça um quadro detalhado da composição interna de cada um dos seis partidos selecionados, mostrando também certas incongruências ao seu argumento geral, sobretudo no que tange ao PMDB.

Logo após a publicação deste livro, a preocupação seguinte do autor recai sobre mudanças em andamento na classe política brasileira em função da vitória do PT para o governo federal em 2002 (Rodrigues, 2006). Indicando algumas mudanças ocorridas no perfil dos ministros do primeiro “time” de Lula, a hipótese do novo estudo de Rodrigues é a de que a vitória do PT – e seu reflexo no aumento de sua bancada de deputados federais - foi responsável por uma relativa popularização da classe política da Câmara dos Deputados.

Para operacionalizar tal hipótese, além de coletar os dados sobre ocupação e escolaridade dos deputados eleitos em 2002 e traçar o seu perfil básico, o autor promove uma comparação sistemática entre: *a*) a composição das bancadas das duas legislaturas (eleita em 1998 do seu livro anterior e aquela de 2002); e *b*) a composição global da Câmara Baixa nas duas legislaturas. Além disto, claro, dispõe de dados sobre os partidos que ganharam ou perderam cadeiras entre um e outro pleito.

Os seus resultados são o de que houve uma lenta popularização. Discutindo com alguns conceitos sociológicos (classes populares, popularização), o autor toma o cuidado de contornar bem o problema: não se verificou a entrada das classes populares, pobres ou

indivíduos despossuídos. O que se verificou foi uma queda no percentual de indivíduos com perfil mais tradicional e elitista (isto é, os mais ricos, empresários sobretudo) e um aumento no número de indivíduos de profissões típicas da classe média. Portanto, a vitória de Lula e o seu impacto sobre os resultados para a bancada petista no interior da CD produziu um deslocamento de seu quadro interno, em termos socioeconômicos, do alto da pirâmide social para o seu meio. Como o trabalho se baseia em apenas uma eleição, está ainda para ser examinado se, de fato, configura uma tendência de “deselitização” da composição social do legislativo federal ou se isto foi apenas um caso isolado. Além disto, tal quadro depende das disputas eleitorais e da correlação de forças entre as bancadas partidárias no interior da CD.

Sob uma ótica ainda mais sociológica, encontramos o trabalho de Coradini, preocupado com o “problema das relações entre formas de inserção social e reconversão de recursos em posições político-eleitorais”, (Coradini, 2001, p. 5). Partindo da teoria de Pierre Bourdieu sobre a reconversão de capitais entre diferentes campos e utilizando como foco metodológico a seleção de candidaturas, trata-se de saber quais recursos sociais e qualidades são utilizadas para viabilizar candidaturas visando a eficácia eleitoral e para qual concepção de sociedade apontam. Enfim, trata-se de analisar os “princípios e modalidades de legitimação” da candidatura a cargos eletivos (idem, p. 7).

O autor identifica, nas eleições analisadas, cinco recursos sociais mais importantes na viabilização das candidaturas: atuação profissional, sindicalismo, associações patronais (de empresários urbanos e rurais), atuação religiosa, carreira política prévia (na burocracia pública ou em cargos eletivos).

Este tipo de trabalho está orientado para uma análise anterior ao momento de eleição, com o uso eleitoral de recursos socialmente valorizados. Baseia-se em eleições no

Rio Grande do Sul e além de dados junto ao TRE-RS, realiza entrevistas com os parlamentares. Embora mais distante do problema da composição sócio-política dos parlamentos, é um esforço no sentido de descer aos níveis inferiores de seleção de líderes políticos, esforço fundamental tal como colocado por Norris (1997). Representa, além de tudo, um certo avanço no sentido de entrar na dimensão das unidades federativas como objeto de análise.

Um esforço similar focado em carreiras está em Álvares (2002), preocupado com os problemas formais e informais que perpassam a seleção de candidaturas dentro dos partidos. Aqui o foco recai sobre os estatutos e a presença dos “selecionadores”, esforço que está igualmente enquadrado no projeto de esmiuçar o recrutamento político como processo que não se resume em analisar os que chegaram ao parlamento, mas as várias etapas da seleção ou filtro de aspirantes políticos.

Alguns trabalhos foram produzidos sobre carreiras políticas de líderes parlamentares com posições de comando no interior do legislativo. Com preocupações variadas, estes trabalhos comparam a composição média da Câmara com a composição dos líderes de comissões, presidentes ou outros atores estratégicos. O mais detalhado neste sentido é o de Messenberg (2006). A partir de uma amostra estratificada por partidos e com uma combinação de critérios, a autora identifica 47 parlamentares (para o período 1995 a 2004) que seriam os líderes mais importantes do Congresso do ponto de vista dos recursos de que dispõem, e posições ocupadas e dos interesses que representam. Seu objetivo é detalhar o perfil, as práticas e as visões destes indivíduos estratégicos.

O que chama a atenção deste trabalho é o seu detalhamento (seguramente o que mais se aproxima do de Braga, 1998), sobretudo quando desce ao nível regional para explorar diferenças internas ao grupo analisado, seja do ponto de vista de seu perfil

socioeconômico, seja em termos de carreira política, seja tratando de suas opiniões e perfil cultural. Com este quadro a autora explora aspectos “socioculturais” dos parlamentares brasileiros, dentro do qual as tradições regionais adquirem maior relevância.

Mais interessante para o presente trabalho é perceber alguns de seus achados que diferenciam as regiões, sobretudo por rotas diferentes de chegar ao lugar onde os parlamentares chegaram. Seus dados denotam que os membros dessa elite se diferenciam de acordo com a sua região de origem eleitoral. Aqueles com bases eleitorais no Nordeste são os que tiveram maior experiência no cargo de deputado estadual perante os seus pares de outras regiões. Já os advindos do Sudeste passaram mais por vereança, ao passo que os sulistas tiveram maior experiência relativa no cargo de prefeito e mesmo de governadores. Este parece um aspecto pouco explorado que valeria a pena aprofundar nos estudos de recrutamento parlamentar no Brasil, ampliando o universo para os parlamentares como um todo e não apenas à cúpula do Congresso Nacional. Trata-se de investigar se os padrões de ingresso e trânsito na carreira são feitos de forma diferente entre as regiões e estados.

Diante desta bibliografia, alguns apontamentos devem ser feitos sobre o “estado da arte” em elites políticas em geral, e parlamentares em particular, no Brasil. Em primeiro lugar, ainda estamos em uma situação de muita descontinuidade dos estudos, não apenas no que diz respeito aos tipos de questões e subtemas tratados, mas sobretudo no que diz respeito à cobertura de diversos objetos não contemplados, ou alguns períodos não tratados. O primeiro ponto – variação de questões entre autores e perspectivas – concerne mais ao âmbito dos deputados federais, já que desde a Constituinte de 1946 há dados analisados sobre os mesmos, de modo que o quadro analítico encontra-se em franco debate, com questões em aberto sobre aspectos internos, sejam a baixa profissionalização, seja a retenção dos parlamentares nos diferentes períodos. O segundo ponto – a ausência de maior

tratamento empírico – é referente aos demais parlamentares, tais como senadores, deputados estaduais e vereadores. Muito mais ampla, esta lacuna vem sendo diminuída com alguns trabalhos que estão longe de contemplar todo o território nacional, e uma radiografia completa do pessoal político do país ainda está longe de ser alcançada. No que diz respeito especificamente ao Senado, esta dissertação pretende contribuir para colocá-lo em tela com os principais trabalhos referentes aos deputados federais.

Com as exceções de praxe, o Senado está em franca deficiência neste quadro analítico. São exceções os trabalhos de Lemos e Ranincheski (2003), sobre as carreiras dos senadores na década de 90 e de Llanos (2006), um estudo comparado sobre a composição das câmaras altas no Cone Sul. Estes dois artigos que enfocam aspectos localizados do que a bibliografia sobre elites e recrutamento parlamentar costuma tratar, e que, portanto, precisam ser ampliados para um debate entre os distintos objetos.

Com uma conclusão preliminar, cabe retomar a avaliação que Lima Junior (1999) fazia da área de estudos sobre recrutamento parlamentar no Brasil, em 1999. Segundo ele, estes estão “resumidos a estudos descritivos, que não dão conta adequadamente, quer das condicionantes legais e constitucionais do recrutamento político, quer das estruturas de recrutamento.” (Lima Jr., 1999, p. 40). Além disto, segundo o autor, a densidade metodológica seria frágil. Embora ainda façam eco hoje, estas afirmações já podem ser relativizadas com o êxito de alguns trabalhos. Não apenas metodologicamente, as questões de pesquisa avançaram, os trabalhos dizem algo sobre as instituições e os partidos, e não apenas sobre o perfil dos membros. Isto parece válido sobretudo para os trabalhos de Marengo, Santos e Rodrigues no que diz respeito ao Congresso. Entretanto, ainda há que relacionar estes trabalhos com outros, passo ainda longe de ser dado. Igualmente, é preciso

que as perspectivas e questões sejam postas em confronto, pois percebe-se orientações distintas, ora mais sociológicas, ora mais político-institucionais.

3. COMPOSIÇÃO SOCIAL E CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES BRASILEIROS (1987-2007)

Recentes esforços de descrição e análise da formação da classe política brasileira têm trazido resultados relevantes na discussão sobre os padrões de acesso aos postos legislativos do país, sobre o trânsito dos líderes entre cargos legislativos e executivos, enfim, sobre uma amplitude de questões que revelam aspectos da interação entre as esferas sociais e político-institucionais da democracia brasileira. A maioria destes trabalhos tem sido marcada por uma ênfase quase exclusiva num objeto – os deputados federais, isto é, a Câmara dos Deputados – e por um enfoque predominantemente voltado aos traços da carreira política dos parlamentares.

Duas recentes contribuições no interior desta agenda têm atentado, entretanto, para as conexões entre as bases sociais de recrutamento e os itinerários políticos dos parlamentares, mediadas por partidos posicionados em polos distintos da escala ideológica esquerda-direita. Estas contribuições mostram que **i)** as bases sociais de recrutamento partidário são diferentes quando se parte de uma ponta à outra do eixo ideológico (Rodrigues, 2002) e que, **ii)** há diferenças entre os padrões de carreira política observados entre os grupos ideológicos, que se explicam por meio dos tipos de recursos mobilizados por indivíduos situados em posições sociais desiguais (Marenco dos Santos e Serna, 2007).

No caso desses autores, a afirmação é mais direta:

os partidos à esquerda, de origem ideológica e mais longevos, recrutam sua bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais, os quais,

por depender da estrutura organizacional partidária e associativa para compensar a carência de recursos eleitorais próprios, terminam adotando estratégias baseadas em carreiras políticas endógenas. No extremo oposto, partidos conservadores apresentam padrões de recrutamento social mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária. (Marengo dos Santos e Serna, 2007, p. 93-4).

Debatendo teses consagradas sobre temas tão controversos como a institucionalização parlamentar ou a organização partidária, tais trabalhos demonstram um elevado (e detalhado) grau de conhecimento sobre o objeto focado. De fato, quando se olha para a Câmara dos Deputados e seus membros, percebe-se que há considerável material disponível, desde análises longitudinais capazes de mensurar mudanças temporais amplas (Marengo dos Santos, 1998; 2000 e 2001; Santos, 2000), até estudos comparativos transnacionais que enfocam a CD brasileira em comparação com a de outras poliarquias (Marengo dos Santos e Serna, 2007). Paralelamente, algumas unidades subnacionais começam a entrar na agenda de pesquisas sobre formação de elites políticas regionais (Perissinotto *et. all*, 2007; Arraes Filho, 2000), e mesmo alguns trabalhos sobre o recrutamento político em nível municipal já são encontrados (Bilac, 2001; Kerbauy, 2005), conjunto que faz emergir um panorama mais complexo e promissor de conhecimento sobre o pessoal político do país.

Em franco contraste, a quantidade de trabalhos que tratam do Senado brasileiro sob o prisma dos líderes que ali trafegam ainda é muito limitada. Os poucos estudos

disponíveis¹⁶ enfocam aspectos localizados da composição da Câmara Alta brasileira e não enfrentam as questões discutidas para o caso dos deputados federais, notadamente aquelas ligadas às diferenças de composição interpartidárias e o grau de atração exercido pela Casa para as carreiras políticas dos políticos. Essa ausência chega a comprometer, inclusive, a análise da “estrutura de oportunidades políticas” (Samuels, 1998, p. 2) do país, pois paramos na faixa intermediária dos deputados federais e não sabemos a proporção de parlamentares que seguem dentro do Congresso ou o abandonam para uma eleição executiva.

A presente dissertação apresenta resultados de uma pesquisa que pretende suprir essas lacunas, utilizando dados biográficos que privilegiam o perfil social e a trajetória política dos senadores titulares eleitos ao longo da democracia recente (1987-2007). O texto investe em algumas comparações com os deputados federais, procurando apreender certos traços do “congressista médio” brasileiro. Espera-se contribuir para o avanço das descobertas sobre a formação da classe política brasileira através do teste de um conjunto de hipóteses sobre as carreiras parlamentares no Brasil.

Deve-se observar, sobre os dados abaixo, que as Tabelas 1, 3 e 4 não apresentam os dados numéricos comparativos entre o Senado e a CD porque as fontes utilizam agregações distintas, ficando as observações sobre a CD expostas no texto. Além disso, este texto preliminar apresenta tabelas com registros agregados ao longo do tempo estudado. A dissertação conterà uma análise desagregada do universo segundo as legislaturas abordadas.

¹⁶ As referências existentes são Ranincheski e Lemos (2002) e Llanos e Sánchez (2006) e Bohn (2007), todos recentemente incorporados em uma coletânea sobre o Senado brasileiro (Lemos, 2008).

3.1 Perfil: sexo, escolaridade e ocupação¹⁷

O primeiro dado a respeito da composição do Senado diz respeito à presença feminina: apenas 17 (7%) de mulheres foram eleitas para o Senado deste a redemocratização do país. Trata-se de um quadro muito semelhante ao da Câmara Federal, que tem tido entre 6 e 9% de representação feminina durante as últimas legislaturas¹⁸ (Araújo, 2001; Htun e Power, 2006).

A Tabela 1 mostra o nível de escolaridade dos senadores brasileiros para o período da pesquisa em comparação com os deputados federais. Os dados disponíveis para os deputados federais (Santos, 2000) não permitem que comparemos as categorias de escolaridade básica, de ensino superior incompleto e de pós-graduação¹⁹. A comparação possível se refere apenas ao nível do ensino superior completo: a diferença é de apenas 3 p.p. entre os dois grupos de parlamentares.

Tabela 1. Escolaridade dos senadores por níveis (1987-2007)

<i>Nível</i>	N	%
Básica	15	6,9
Superior Incompleto	12	5,5
Superior Completo	149	68,3
Pós-Graduação	42	19,3
<i>Total</i>	218	100

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

¹⁷ Deve-se observar, sobre os dados abaixo, que as tabelas 1, 3 e 4 não apresentam os dados numéricos comparativos entre o Senado e a CD porque as fontes utilizam agregações distintas, ficando as observações sobre a CD expostas no texto. Além disso, este texto preliminar apresenta tabelas com registros agregados ao longo do tempo estudado. A dissertação conterà uma análise desagregada do universo segundo as legislaturas abordadas.

¹⁸ O recente trabalho de Simone Bohn analisa especificamente a presença feminina nas Câmaras Altas do Brasil e dos Estados Unidos (Bohn, 2007).

¹⁹ Santos (2000, p. 97) classifica em Primeiro Grau (3,9%), Segundo Grau (11,3%) e “Superior” (84,8%).

Os dados sobre escolaridade merecem uma observação. Inicialmente, os dados disponíveis apontavam para uma diferença maior entre as casas legislativas. Em artigo sobre o perfil sócio-político dos senadores durante a década de 90, Ranincheski e Lemos (2002) apresentavam uma altíssima presença de senadores com o ensino superior completo (97%), enquanto se verificava uma média de 85% entre os deputados federais (Santos, 2000) que, embora ainda alta, representa uma redução que chamou a atenção. A comparação inicial de patamares de escolaridade distantes em 12% entre os deputados federais e os senadores envidou a proposição segundo a qual haveria uma primeira diferença socioeconômica básica entre os dois universos (senadores e deputados federais): maior presença de indivíduos munidos com escolaridade superior completa e, por conseguinte, possuidores de melhores condições socioeconômicas de origem.

A ampliação do universo²⁰ provocou uma queda neste percentual, pois a média para o período 1987-2007 ficou em 87,6%. Trata-se de uma média bastante aproximada à da CD para o período (85%, de acordo com os dados de Santos, 2000), dado que colocou em dúvida a hipótese inicial deste trabalho. Assim, apenas com dados referentes ao nível de escolaridade não é possível verificar, mesmo de maneira hipotética, a ocorrência de uma espécie de “estratificação social” entre os dois universos. Além disto, o curso de formação acadêmica apresentado pelos senadores é também muito parecido com aqueles apresentados pelos deputados federais, como se vê pela Tabela 2, abaixo:

²⁰ Abrangendo, portanto, os senadores eleitos em 6 pleitos: 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006). A referência inicial (Ranincheski e Lemos, 2002), como dito, computou os dados dos pleitos da década de 90 (1990, 1994 e 1998).

Tabela 2. Áreas de formação de nível superior dos senadores e dos deputados federais (1987-2007)*

	Senadores	Dep. Federais
<i>Tipo de curso</i>	<i>% (N)</i>	<i>% (N)</i>
Administração/Contábeis	6,4 (14)	-
Ciências Humanas	11,5 (25)	-
Direito	33,9 (75)	39,8 (574)
Economia	8,3 (18)	7,5 (108)
Engenharias	16,5 (36)	11,2 (162)
Medicina	8,7 (19)	10,2 (148)
Outras áreas	6,0 (13)	16,1 (233)
Sem graduação	8,7 (19)	15,2 (219)
<i>Total</i>	<i>100,0 (218)</i>	<i>100,0 (1507)</i>

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995); Santos (2000)

*Dados para os dep. Federais compreendem o período 1987-1999.

Os indicadores de escolaridade apontam, portanto, para uma homogeneidade significativa entre os congressistas brasileiros. O panorama que emerge dos indicadores de ocupação parecem seguir esta lógica. De acordo com Rodrigues (2002), a Câmara dos Deputados tem quatro segmentos sócio-ocupacionais principais atuando como fontes de recrutamento político: o empresariado (rural, urbano ou misto e sem distinção de tamanho da propriedade), o profissionalismo liberal, o funcionalismo público e o magistério (sobretudo o magistério superior).

A similaridade com o Senado brasileiro é clara no que diz respeito a este indicador. Além de atuarem como as principais bases profissionais de recrutamento dos senadores, estes quatro segmentos se apresentam em proporção parecida nas duas Casas, seguindo quase a mesma ordem e assumindo valores mais ou menos próximos²¹.

²¹ A classificação original das profissões utilizada aqui se baseou naquela de Rodrigues (2002, pp. 206-209). Entretanto, a composição final das categorias seguiu uma agregação um pouco diferente, já que optou-se, neste trabalho, por desmembrar algumas que eram combinadas na classificação daquele autor. Isto se deu mais em função dos dados que emergiram da coleta do que em função de escolhas teóricas distintas. Daí

Comparando com os dados de Rodrigues (2002) para o caso dos deputados federais²², são 33,5% de empresários no Senado contra 43,5% na CD. No que diz respeito aos profissionais liberais, trata-se de segmento que perfaz 30% do grupo dos senadores contra 27,1% dos deputados federais. Em seguida, encontramos 11,5% de professores (de qualquer nível) no Senado e 15,8% na CD. Por fim, a categoria funcionário público é a única que apresenta uma variação maior entre os dois universos, pois é responsável por apenas 9,6% dos senadores, mas compõe 17,5% dos deputados federais da 51ª legislatura (Tabela 3):

Tabela 3. Ocupação dos senadores (1987-2007)

<i>Ocupação</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Empresário	73	33,5
Profissionais liberais	66	30,3
Magistério	25	11,5
Funcionários públicos	21	9,6
Comunicador	16	7,3
Político	11	5,0
Ativ. baixa/média quali.	4	1,8
Pastores evangélicos	2	0,9
<i>Total</i>	218	100,0

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

que as somas dos quatro principais segmentos encontrados em Rodrigues (2002) estão em geral acima daqueles obtidos para os senadores.

²² Utilizaremos os valores referentes à 51ª Legislatura da CD presentes em Rodrigues (2002) porque há ligeiras modificações na agregação produzida para a publicação seguinte (Rodrigues, 2006), que dificultam o estabelecimento de uma média entre as duas legislaturas. Cabe observar, entretanto, a variação registrada em Leôncio (2006) para os quatro segmentos entre os dois pleitos na CD: diminuição em 6 p.p. para os empresários (37% em 2002 contra 43% em 1998); aumento em 3 p.p. para o setor público (23% em 2002 contra 20% em 1998); aumento em 1 p.p. para o magistério (16,8% em 2002 contra 15,8% em 1998); ficando mantidas as médias de profissionais liberais após as duas eleições.

3.2 Diferenças internas: partidos e regiões

3.2.1 Bancadas partidárias

Mantendo o diálogo com Rodrigues (2002), a pesquisa testou a hipótese segundo a qual há distintos perfis sócio-ocupacionais entre as bancadas partidárias de direita, centro e esquerda, quadro que pode configurar congruência entre as orientações ideológicas dos partidos e as suas camadas sociais de recrutamento político²³.

Analisando a representação dos blocos ideológicos de forma agregada para o período todo (Tabela 4), percebe-se a superioridade do centro, seguida de perto pelos partidos de direita e a presença modesta do bloco de esquerda. A inferioridade numérica do campo da esquerda não compromete, porém, que se faça o teste da hipótese de Rodrigues. Não se trata de fato novo, pois o PMDB foi o partido que protagonizou a representação parlamentar na transição da ditadura ao regime democrático, de modo que sua presença é mais expressiva nas primeiras legislaturas recobertas pela pesquisa (chegando a deter 77,6% das cadeiras do Senado após as eleições de 1986). Além disto, o surgimento de novas agremiações (especificamente, o PDS e seus sucessores PFL e PP) só diminuiu o impacto do centro no interior do Senado muito pontualmente (em especial na eleição de 1990, na qual a direita teve 51,6% de cadeiras da Casa). Na eleição seguinte, a força do centro volta a se restabelecer e só irá ser equiparada nas eleições de 2002. Nos anexos encontra-se um gráfico que mostra a evolução das bancadas ideológicas por eleição.

²³ A constatação de uma correlação neste sentido não significa dizer, *a priori*, que haja um nexo de causa e sentido entre “origem social”, uma determinada “agenda político-ideológica” e um comportamento político determinado em função dessas duas variáveis anteriores. Trata-se de uma análise centrada apenas nos aspectos sociais dos partidos, que enfatize suas características sociais, sem levar em conta análises de “programas partidários” nem tampouco o comportamento concreto em processos decisórios internos ao parlamento.

Tabela 4. Ocupação por classificação ideológica - Senadores (1987-2007)

<i>Ocupações</i>	<i>Blocos ideológicos</i>			Total
	Direita	Centro	Esquerda	
Empresários	14,2 (32)	17,9 (39)	0,9 (2)	33,5 (73)
Profissionais Liberais	10,5 (23)	15,2 (33)	4,6 (10)	30,3 (66)
Funcionários Públicos	4,6 (10)	3,2 (7)	1,8 (4)	9,6 (21)
Magistério	3,2 (7)	3,2 (7)	5,0 (11)	11,5 (25)
Comunicador	1,4 (3)	6,0 (13)	-	7,3 (16)
Político	1,8 (4)	2,3 (5)	0,9 (2)	5,0 (11)
Outras profissões	1,8 (4)	-	0,9 (2)	2,7 (6)
<i>Total</i>	38,1 (83)	47,7 (104)	14,2 (32)	100 (218)

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

A Tabela 4 mostra que a presença dos empresários se dá predominantemente nos partidos de centro e de direita, ao passo que nos partidos de esquerda a sua representação é muito menor. Outro traço distintivo que sobressai entre as bancadas se refere aos professores (magistério): embora presentes em todos os blocos ideológicos, têm presença mais acentuada no bloco dos partidos de esquerda. Os ‘comunicadores’ estão mais representados nos partidos de centro (e sequer aparecem na esquerda) e, por fim, os profissionais liberais se acomodam em maior quantidade entre os partidos de centro.

Mesmo com um número reduzido (218) e com a presença muito limitada de parlamentares à esquerda do espectro ideológico, é possível identificar²⁴ certa “composição social dominante” – isto é, não exclusiva, mas predominante sobre as demais (Rodrigues, 2002) – da direita em primeiro lugar, e da esquerda de forma menos saliente. O centro, mais matizado, se caracteriza justamente por fronteiras menos rígidas do ponto de vista ideológico, o que lhe garante maior flexibilidade para abrigar maior heterogeneidade de perfis sociais. Tais dados apontam, assim, para razoável conformidade entre as posições dos partidos no eixo ideológico e a sua fonte sócio-ocupacional de recrutamento parlamentar, o que ajuda a conferir consistência à tese de Rodrigues e parece ser um traço mais ou menos nítido da representação partidária do Congresso brasileiro.

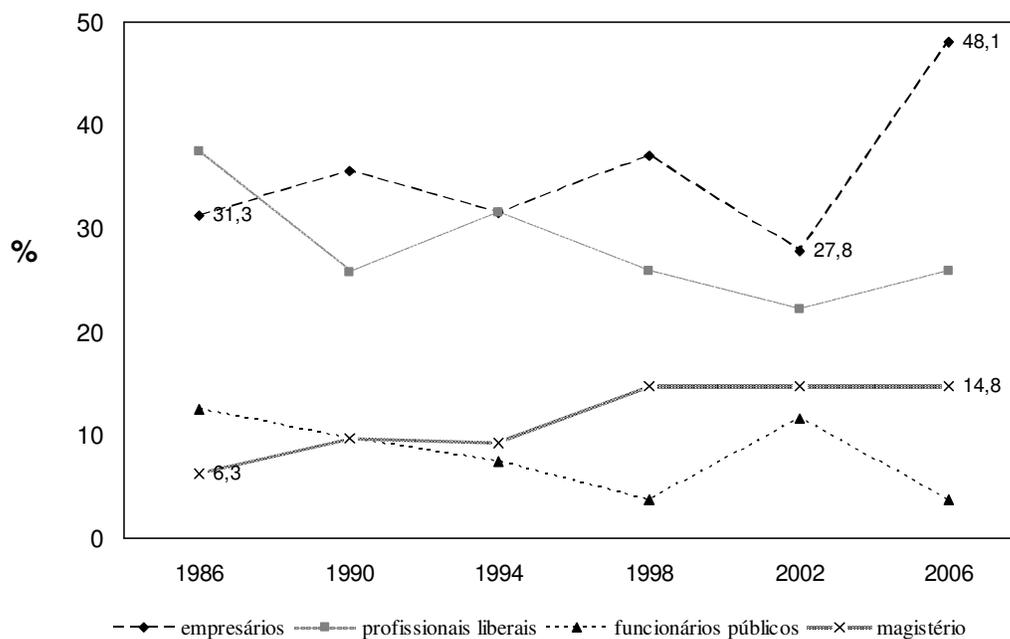
Com relação à tese da popularização da classe política, Rodrigues (2006) demonstra que a eleição de 2002 é um momento de arejamento da classe política brasileira, não apenas um processo de “renovação parlamentar”, mas de mudança na composição social interna, e o indicador que o apoia, mais do que a entrada significativa de estratos sociais “populares” é o declínio da proporção de empresários em relação à eleição anterior (Rodrigues, 2006 p. 15).

Assim, com um universo total de senadores titulares somando 218 para ser distribuído em seis eleições²⁵, as pequenas variações adquirem muito peso e, no limite, não servem de parâmetro para mensurar um fenômeno desta complexidade. Ainda assim, a análise da variação do principal grupo sócio-ocupacional permite que se averigüe a existência deste processo no interior do Senado no decorrer do tempo.

²⁴ Como afirmado na apresentação desta seção, estes dados estão agregados para todo o período recoberto pela pesquisa, por se tratar da primeira apreciação dos dados coletados e propor um mapeamento inicial. A dissertação conterá uma análise desagregada do universo segundo as legislaturas abordadas.

²⁵ Ver nota 29, p. 49.

Gráfico 1. Evolução do perfil sócio-ocupacional do Senado (1987-2007)



Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

O Gráfico 1 mostra que a eleição de 2002 realmente é um momento singular da composição do Congresso brasileiro: o seu contingente mais significativo, os empresários, além de diminuir na CD, sofrem uma queda de 10% no Senado em relação à eleição anterior e atinge a menor média do período democrático (27,8%)²⁶. Contudo, a eleição de 2006 para o Senado altera essa tendência, demonstrando o contrário: a proporção de empresários atinge a maior taxa dos últimos 20 anos, chegando a quase metade (48%) dos senadores eleitos. Não obstante, a falta de dados concernentes à CD para a última eleição, o caso dos senadores refuta a hipótese da popularização de forma muito clara. Sabemos que as explicações para este salto não podem ser estabelecidas neste estudo, trata-se apenas de

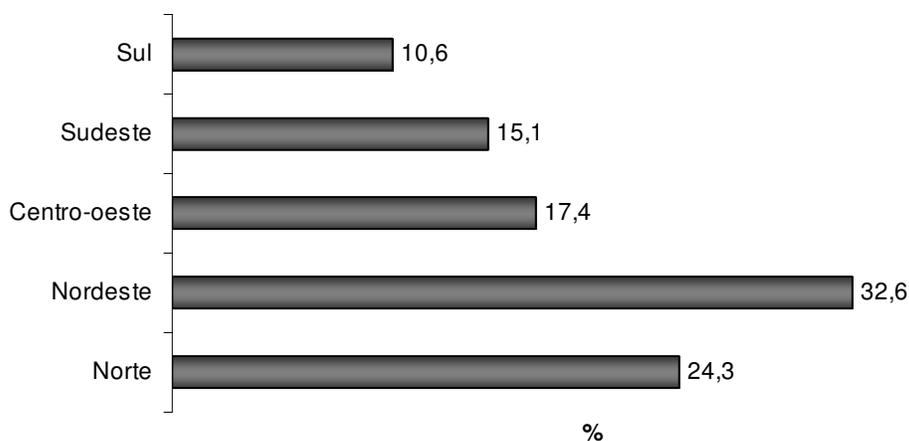
²⁶ Também é digno de nota que esta oscilação para baixo está acima das precedentes, sempre entre 5% e 7% para mais ou para menos.

indicar que a tendência à popularização não se verifica, por enquanto, para o caso do Senado.

3.2.2 Um perfil regionalizado?

Em termos de distribuição espacial pelo país (Figura 1), é natural que se encontre mais senadores representando os estados do nordeste e do norte em relação às demais regiões²⁷, dado o número maior de estados componentes daquela região.

Figura 1. Senadores por região, 1987-2007 (%)



A indagação que emerge quando se desmembra o grupo de parlamentares por região é a de se, distintos perfis educacionais ou ocupacionais seriam encontrados quando nos movemos do norte ao sul do país. Embora existentes, as diferenças encontradas entre as composições das bancadas regionais não são muito significativas. Com relação à escolaridade, por exemplo, as médias regionais de senadores com ensino superior completo

²⁷ Como se sabe, ao Senado cabe a representação dos estados da federação, de modo que a vantagem numérica de estados do norte e do nordeste faz emergir, naturalmente, um quadro de mais parlamentares dessas duas regiões, já que o número de cadeiras é igual para cada estado da federação (Soares e Lourenço, 2004).

estão muito próximas da média do universo do Senado (87,6%): a região com maior média é o sudeste, com 93,9%, distante pouco mais de 10 p.p. da região com menor média, o sul, com 82,6%. Muito próximas da média do universo estão as regiões norte (86,8%), nordeste (88,7%) e centro-oeste (84,2%).

Quanto ao nível educacional, cabe observarmos, ainda, que o sudeste apresenta o maior número de parlamentares com doutorado (18,2% dos senadores do sudeste concluíram o doutoramento), ao passo que o nordeste não tem nenhum. O sul, embora apresente 8,7% de senadores com doutorado concluído, foi a região que apresentou a maior presença de indivíduos que não terminaram o ensino fundamental, 4,3%.

Tabela 5. Escolaridade por região, Senadores (1987-2007) - %

	Fundamental Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior completo ou acima
Norte	1,9	9,4	1,9	86,8
Nordeste	0,0	2,8	8,5	88,7
Centro-oeste	2,6	7,9	5,3	84,2
Sudeste	3,0	0,0	3,0	93,9
Sul	4,3	4,3	8,7	82,6
Total	1,8	5,0	5,5	87,6

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

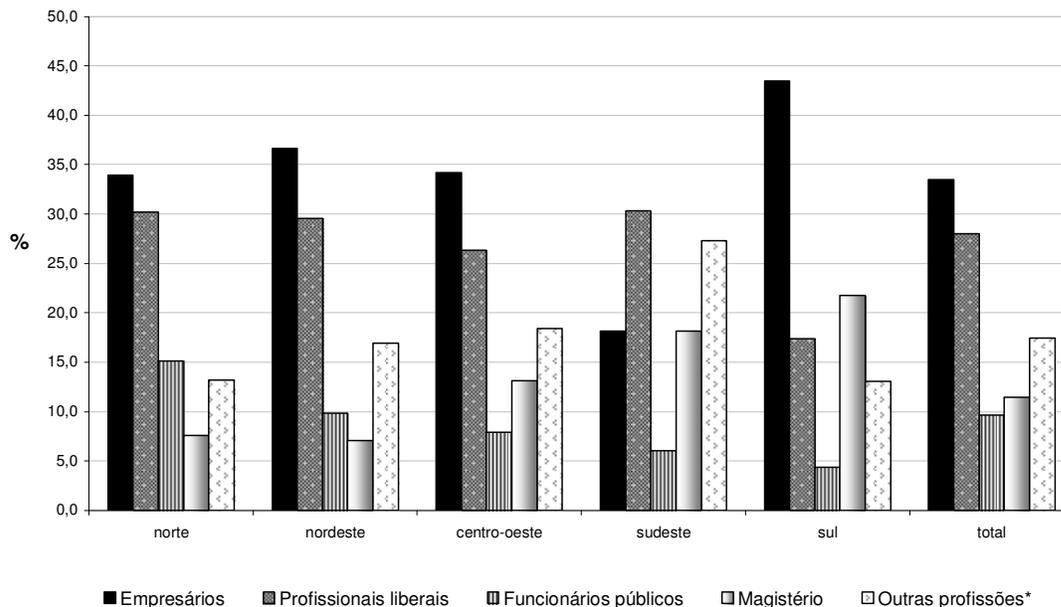
O que sobressai desta Tabela 5 é que a região Sudeste apresenta a distribuição mais homogênea quanto à escolaridade, pois apresenta poucos casos fora do contingente de ensino superior completo. Por outro lado, a região Sul apresenta a maior diversidade de níveis escolares, seguido pelo Centro-Oeste. Mas, frise-se, essas são variações praticamente irrisórias em relação ao montante de parlamentares com ensino superior completo, todas

expressivas e aproximadas da média do universo como um todo, o que confirma a idéia de um padrão dominante para a classe política no Senado²⁸.

Algumas diferenças regionais são encontradas quando enfocamos as ocupações dos senadores. Os empresários estão em maioria em todas as regiões do país, com exceção do Sudeste, na qual os profissionais liberais ocupam a dianteira. Na bancada do Sudeste, os empresários têm representação idêntica a dos professores (18,2%), ao passo que os profissionais liberais detêm 30,3% das cadeiras. Além disso, na região Sul se encontram as principais disparidades intra-grupos profissionais: 43,5% de empresários (a maior taxa de empresários por região) e 21,7% de professores (também a maior taxa de professores em uma só região). Paralelamente, a região Sul foi a que apresentou a menor presença de profissionais liberais (17,4%) e de funcionários públicos (apenas 4,3%, contra uma média total de 9,6%). Ademais, olhando o Gráfico 2, percebe-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são as que mais se assemelham à média do universo de senadores.

²⁸ Igualmente, as diferenças em termos de tipos de curso de graduação não chegam a apresentar 'diferenças' entre as regiões: bacharéis em Direito são a maioria em todas as regiões, seguidos pelos engenheiros e economistas. Dois dados curiosos, para posterior exploração: o contingente de economistas é alto no Nordeste e no Sudeste, enquanto inexistente no sul. Também não encontramos senadores que foram médicos no Sudeste e no Sul.

Gráfico 2 - Ocupação por região, Senadores (1987-2007)



*Outras profissões: comunicadores, profissões intelectuais, atividade de baixa ou média qualificação, pastores evangélicos, político.

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Diante dessas diferenças muito localizadas, não podemos afirmar a existência de um perfil sócio-ocupacional regionalizado entre os senadores brasileiros, ou seja, levanto em conta o tamanho do universo e o período focado, há poucos indícios de que estejamos as diferenças regionais expliquem as variações da composição social dos senadores. Cabe, no entanto, detalhar esses dados por unidades da federação para procurar apreender possíveis diferenças entre os estados. É o que faremos no Capítulo 4.

4. COMPOSIÇÃO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS BANCADAS REGIONAIS E ESTADUAIS

Como vimos, observadas sob o ângulo das regiões, as composições sócio-ocupacionais não diferem tanto daquela observada para o Senado em nível nacional, isto é, o predomínio dos empresários e dos profissionais liberais, a posição secundária dos demais segmentos. Algumas diferenças mais acentuadas tendem a sobressair quando se analisa alguns estados em separado, demonstrando a existência de bases sociais específicas de recrutamento para o Senado. Estas diferenças serão destacadas a seguir.

Norte

É possível separar²⁹ a Região Norte em dois grandes grupos: Norte Velho e Norte Novo. Para o primeiro, o estado do Amazonas extrai metade dos seus senadores eleitos do segmento empresarial, um quarto do segmento de funcionários públicos e apenas 12,5% (um caso), valor idêntico ao encontrado para as profissões intelectuais. O Pará se assemelha a este pela predominância de empresários (44%), mas difere nas categorias ocupacionais secundárias: 22% de profissionais liberais, e 11% de funcionários públicos e professores. Neste estado, aparece a categoria “atividade de média ou baixa qualificação”, representada por um caso de bancário que perfaz 11% do total de eleitos no período.

²⁹ Essa separação aparece em Rodrigues (2002) e é útil porque as duas regiões mais numerosas (Norte e Nordeste) apresentam muitas especificidades. Do ponto de vista comparativo inter-estadual, portanto, é interessante separar para que se tenha uma percepção mais singular de cada estado e, ao mesmo tempo, não haja uma generalização para muitos estados contidos na mesma região.

Tabela 6 - Norte Velho - profissões ocupações (n.a.)

Profissões/Ocupações	AM	PA	Total
Empresários	4	4	8
Profissionais Liberais	1	2	3
Funcionários Públicos	2	1	3
Magistério	0	1	1
Comunicador	0	0	0
Profissões Intelectuais	1	0	1
Atividades de baixa ou média qualificação	0	1	1
Pastores Evangélicos	0	0	0
Político	0	0	0
Soma das % das profissões	47%	53%	100%
N	8	9	17

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Observando a composição agregada do Norte Velho é possível perceber que os empresários representam quase metade da bancada, ficando muito acima das outras ocupações, divididas entre profissionais liberais, funcionários públicos (ambas com 17%), magistério, profissionais intelectuais e atividades de baixa ou média qualificação (todas estas com 6%).

O Norte Novo, por sua vez, caracteriza-se pela maioria dos profissionais liberais sobre os empresários: à exceção de Tocantins e Amapá, os outros estados tiveram nos profissionais liberais a sua categoria ocupacional principal. Em Roraima, este segmento chega à metade do contingente eleito no período democrático, com patamares próximos no Acre (43%) e em Rondônia (44%). Nestes três estados (RR, AC e RO), o segmento de empresários ficou com representação relativamente modesta: 17%, 14% e 33%, respectivamente. Os funcionários públicos também estão presentes em alguns estados, sobretudo em Roraima (33%) e no Acre (29%).

Tabela 7 - Norte novo - profissões / ocupações (n.a.)

Profissões/Ocupações	AC	AP	RO	RR	TO	Total
Empresários	1	1	3	1	4	10
Profissionais Liberais	3	2	4	3	1	13
Funcionários Públicos	2	0	1	2	0	5
Magistério	1	0	1	0	1	3
Comunicador	0	1	0	0	0	1
Profissões Intelectuais	0	0	0	0	0	0
Atividades de baixa ou média qualificação	0	0	0	0	0	0
Pastores Evangélicos	0	0	0	0	0	0
Político	0	3	0	0	1	4
Soma das % das profissões	19%	19%	25%	17%	19%	0,99
N	7	7	9	6	7	36

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Tocantins tem uma composição sócio-ocupacional que destoa tanto do Norte Novo quanto da média nacional ao somar 57% de empresários, com parcelas reduzidas das demais categorias: 14% de profissionais liberais, professores e políticos e sem nenhum representante do funcionalismo público.

Entretanto, o caso mais singular do grupo está na composição do Amapá. Embora se assemelhe aos seus vizinhos pela maioria significativa de profissionais liberais frente aos empresários (29% contra 14%), a bancada estadual se diferencia pela forte presença da categoria “políticos”, 43% do total de senadores eleitos e ainda um parlamentar da categoria “comunicador”, ausente nas demais unidades federativas do Norte.

Nordeste

A região Nordeste é aquela na qual a composição sócio-ocupacional aparece quase que como um “espelho” da composição nacional: empresários em primeiro lugar (36%),

profissionais liberais em segundo (29%), funcionários públicos em terceiro (10%), e índices baixos para as demais categorias, quase todas presentes (a exceção dos pastores evangélicos). Como dito acima, a leitura da composição regional agregada omite algumas especificidades estaduais, daí que é necessária a atenção para as principais especificidades de cada estado ou grupos de estados, tal como feito nas Tabelas a seguir.

Tabela 8 - Região Nordeste GRUPO 1 - ocupações / profissões (n.a.)

Profissões/Ocupações	AL	BA	CE	MA	PB	Total
Empresários	2	4	4	3	4	17
Profissionais Liberais	1	3	1	1	2	8
Funcionários Públicos	1	1	2	1	1	6
Magistério	1	0	2	0	1	4
Comunicador	0	0	1	0	0	1
Profissões Intelectuais	0	1	0	0	0	1
Atividades de baixa ou média qualificação	0	0	0	1	0	1
Pastores Evangélicos	0	0	0	0	0	0
Político	1	0	0	0	1	2
Soma das % das profissões	8%	13%	14%	8%	13%	56%
N	6	9	10	6	9	40

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Os estados representados na Tabela 10 (Nordeste Grupo 1) mostram a semelhança com o agregado nacional, como é o caso de Bahia, Maranhão e Paraíba, todos apresentando a ordem das proporções recorrentes: empresários em primeiro e profissionais liberais em segundo. É verdade, por outro lado, que são maiorias muito expressivas dos empresários nestes três estados, que vão desde 44% (Bahia e Paraíba), até 50% no Maranhão. Embora com uma composição altamente concentrada no segmento empresarial, este estado apresenta uma das poucas ocorrências de profissionais com média qualificação, com um técnico em contabilidade.

O segmento de empresários também é alto no estado do Ceará, com 40% da bancada estadual, mas apresenta também algumas especificidades: 10% de profissionais

liberais e de “comunicadores”; ao passo que as categorias funcionário público e magistério vêm mais bem representadas neste estado, 20% para cada. O mesmo se dá no caso alagoano, onde a categoria “empresário” encabeça a lista (33%), mas apresenta igual composição sócio-ocupacional para profissionais liberais, funcionários públicos, magistério e políticos, com 16% para cada.

A proporção torna-se diferente nos estados de Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Neste grupo observa-se a proeminência dos profissionais liberais como principal segmento ocupacional, ficando os empresários em segundo lugar. A presença de empresários chega a ser equiparada, no Rio Grande do Norte, com os “comunicadores” (28%). Já em Sergipe, destaca-se a presença de um representante da categoria “profissões intelectuais”, que diz respeito a ocupação de um geólogo³⁰. Ainda neste sub-grupo (Tabela 11, abaixo) da região Nordeste (PB, PI, RN e SE), é digno de observação que apenas o Piauí contou com a ocorrência de funcionários públicos (11%), ficando os demais sem a presença deste segmento ocupacional entre os seus senadores. Olhando os dois grupos (Tabelas 10 e 11), percebe-se que, além da sobre-representação dos profissionais liberais ante os empresários no segundo, também se vê esta outra diferença saliente: os funcionários públicos praticamente desaparecem no Grupo 2, ao passo que se fizeram presentes em todos os estados do Grupo 1.

³⁰ O estado da Bahia também contou com um caso de geólogo para a categoria de “profissões intelectuais”.

Tabela 9 - Região Nordeste GRUPO 2 - ocupações / profissões (n.a.)

Profissões/Ocupações	PE	PI	RN	SE	Total
Empresários	2	3	2	2	9
Profissionais Liberais	3	4	3	3	13
Funcionários Públicos	0	1	0	0	1
Magistério	1	0	0	0	1
Comunicador	1	0	2	0	3
Profissões Intelectuais	0	0	0	1	1
Atividades de baixa ou média qualificação	0	0	0	0	0
Pastores Evangélicos	0	0	0	0	0
Político	1	1	0	1	3
Soma das % das profissões	11%	13%	10%	10%	44%
N	8	9	7	7	31

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Ainda sobre a Região Nordeste, observando-a como um todo, chama atenção a presença da categoria “políticos”, que chega a 7% da bancada de todo a região, empatada em 4º lugar com a categoria “magistério”. Note-se, com base na divisão “Nordeste Grupo 1” e “Nordeste Grupo 2”, que aqueles que foram políticos como ocupação básica se fazem muito mais presentes no segundo grupo. Por fim, o Nordeste registra quase todas as categorias ocupacionais da agregação aqui utilizada, ficando de fora apenas a categoria “pastores evangélicos”, que, como se verá abaixo, está concentrada em apenas uma única região.

Centro-Oeste

De uma forma geral, a região Centro-Oeste também se aproxima bastante das médias nacionais no que tange à composição sócio-ocupacional de sua bancada para os dois segmentos principais (empresários e profissionais liberais). A diferença regional mais significativa está na posição ocupada pela categoria “magistério”, que fica em terceiro com

13% da bancada da região. Este dado, ao lado de 10% de “comunicadores”, desloca a categoria de funcionários públicos para a quinta posição entre os segmentos sócio-ocupacionais da região (Tabela 12).

Tabela 10 - Região Centro-Oeste – ocupações, senadores (n.a.)

Profissões/Ocupações	GO	DF	MT	MS	Total
Empresários	4	3	3	3	13
Profissionais Liberais	4	1	2	3	10
Funcionários Públicos	1	1	0	1	3
Magistério	0	2	1	2	5
Comunicador	1	2	1	0	4
Profissões Intelectuais	0	0	1	0	1
Atividades de baixa ou média qualificação	0	0	0	0	0
Pastores Evangélicos	0	0	0	0	0
Político	0	1	1	0	2
Soma das % das profissões	26%	26%	24%	24%	100%
N	10	10	9	9	38

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Aqui, diferentemente do Nordeste, a semelhança entre todos os estados é muito nítida, sobretudo para as categorias principais (empresários e profissionais liberais). Aliás, eis um ponto de destaque dos estados desta região: a proximidade das proporções de empresários e profissionais liberais, que chegam a ser iguais em Goiás (com 40% dos dois segmentos) e Mato Grosso do Sul (com 33% dos mesmos segmentos); deixando o Distrito Federal em situação de destaque: 30% de empresários contra 10% de profissionais liberais. Mato Grosso figura como o estado que acompanha a média regional e nacional ao apresentar 33% de empresários ao lado de 22% de profissionais liberais.

As especificidades estaduais, muito matizadas, são as que seguem. Em primeiro lugar, a concentrada composição nas quatro categorias principais (empresários, profissionais liberais, funcionalismo público e magistério) para o caso do Mato Grosso do

Sul, que tem 22% de suas bases ocupacionais no magistério. O Mato Grosso do Sul também se destaca por ser o único da região a não apresentar parlamentares egressos da categoria “comunicadores”.

Goiás é o estado com bancada mais concentrada da região, já que apresentou 40% de empresários e 40% de profissionais liberais; e não atende ao perfil regional de apresentar indivíduos recrutados no magistério. Distrito Federal e Mato Grosso foram os que tiveram a composição ocupacional mais dispersa, com presença de diversos setores ocupacionais, incluindo “políticos” e comunicadores. Mato Grosso ainda se diferenciou por abrigar um parlamentar advindo das “profissões intelectuais” (um economista).

Sudeste

Vista no seu todo, a região Sudeste é a única do país na qual o estrato empresarial *não* ocupa o principal lócus de recrutamento sócio-ocupacional, já que a categoria mais expressiva na bancada foi a de profissionais liberais (30%). Isto se deu por conta das bancadas estaduais, muito bem representadas por diversos ramos de atividade que estão acima ou em pé de igualdade com os empresários.

Tabela 11 - Região Sudeste - ocupações / profissões (n.a.)

Profissões/Ocupações	SP	MG	RJ	ES	Total
Empresários	1	4	0	1	6
Profissionais Liberais	1	3	3	3	10
Funcionários Públicos	1	0	1	0	2
Magistério	4	1	1	0	6
Comunicador	0	2	2	1	5
Profissões Intelectuais	0	0	1	1	2
Atividades de baixa ou média qualificação	0	0	0	0	0
Pastores Evangélicos	0	0	1	1	2
Político	0	0	0	0	0
Soma das % das profissões	21%	30%	28%	21%	100%
N	7	10	9	7	33

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

São Paulo é um estado atípico, seja comparando-o com a média nacional, seja vendo-o sob o agregado regional: seu maior contingente veio do magistério (57%), representando a maior bancada estadual desta categoria do país. Ela faz com que os demais segmentos ocupem posição bem inferior: 14% para empresários, profissionais liberais e funcionários públicos.

O Rio de Janeiro também apresenta a sua característica própria: não houve nenhum empresário na bancada fluminense ao longo do período democrático, algo muito incomum para a quase totalidade das bancadas senatoriais estaduais. O Rio contou com 33% de profissionais liberais e 22% de comunicadores (ficando entre os estados com percentual relativamente alto nesta categoria, ao lado do Distrito Federal e do Rio Grande do Norte) mas foi dos poucos que apresenta entre seus senadores a categoria “profissões intelectuais” (Benedita da Silva, assistente social), e um dos pouquíssimos casos com a ocorrência de “pastores evangélicos” (Marcelo Crivella). Além destas categorias, apresentou 11% de funcionários públicos e de professores (um caso para cada categoria).

No Espírito Santo, assim como no Rio de Janeiro, o segmento mais numeroso foi o de profissionais liberais (42%), mas há representantes advindos do mundo empresarial (14% ou um caso), e a mesma proporção para as categorias de comunicador, profissões intelectuais e pastores evangélicos³¹ (percentuais que representam 1 caso para cada categoria ocupacional).

³¹ Portanto, a região Sudeste foi a única que abrigou a categoria “pastores evangélicos” no país: além de Marcelo Crivella (RJ), Magno Malta do Espírito Santo compõem a reduzida bancada evangélica do Senado.

Por último, Minas Gerais fugiu ao padrão regional e se aproximou do modelo nacional: 40% de empresários, 30% de profissionais liberais. Diferentemente da composição global do Senado, entretanto, ocorre a inexistência de funcionários públicos e a alta porcentagem de “comunicadores” (20%). A bancada mineira não contou com outros segmentos, de modo que é a bancada do Sudeste com menor dispersão de segmentos ocupacionais.

Além destas características observadas entre os estados, a bancada do Sudeste como um todo não apresentou nenhum representante das categorias “político” e nem ligado ao segmento “profissões com média ou baixa qualificação”.

Sul

A menor região do país em termos de representação numérica na Câmara Alta tem diferenças internas muito acentuadas. O Paraná, por exemplo, teve como as duas principais categorias ocupacionais aquelas predominantes na maioria dos estados, 43% de empresários e 28% de profissionais liberais. Além de não apresentar funcionários públicos, teve um parlamentar egresso das atividades docentes e outro abrigado na categoria “comunicador” (perfazendo 14% de cada uma).

Tabela 12 - Região Sul - ocupações / profissões (n.a.)

Profissões/Ocupações	PR	SC	RS	Total
Empresários	3	7	0	10
Profissionais Liberais	2	1	1	4
Funcionários Públicos	0	0	1	1
Magistério	1	1	3	5
Comunicador	1	0	1	2

Profissões Intelectuais	0	0	0	0
Atividades de baixa ou média qualificação	0	0	1	1
Pastores Evangélicos	0	0	0	0
Político	0	0	0	0
Soma das % das profissões	30%	40%	30%	100%
N	7	9	7	23

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Santa Catarina, por sua vez, foi o local onde a categoria empresário teve melhor desempenho dentre todos os estados: 78% dos senadores catarinenses eleitos tiveram ocupações ligadas ao mundo dos negócios antes da entrada na Casa. Além desta categoria hegemônica, Santa Catarina apresentou um profissional liberal e um professor (11% para cada), resumindo a composição ocupacional do estado a apenas três categorias e colocando-a entre as mais concentradas (pelo elevado contingente de empresários).

A bancada gaúcha apresenta composição amplamente diferente da sua vizinha: nenhum empresário, poucos casos ligados às categorias de profissionais liberais e funcionários públicos (1 caso para cada categoria, que leva ao percentual de 14%), mas teve 3 representantes do segmento dos professores (43%), que figura como o principal estrato ocupacional da bancada (tal como se dá com a bancada paulista). Ainda sobram dois casos para duas categorias ocupacionais: um comunicador e um profissional de baixa qualificação³², 14% para cada. Neste sentido, o Rio Grande do Sul foi o estado da região Sul que apresentou a maior dispersão de sua bancada, com um caso para 4 categorias ocupacionais e a preponderância de professores, computando 5 categorias ao todo.

³² Trata-se de Paulo Paim, metalúrgico. No agregado, a categoria “profissionais com média ou baixa qualificação” gerou 3 casos para todo o universo, sendo que dois destes foram profissionais com “média” qualificação (um bancário e um técnico em contabilidade). Portanto, ao desagregar a categoria “média e baixa” temos um único caso de baixa qualificação, justamente este do senador gaúcho.

Vendo o Sul de forma agregada, nota-se que os empresários dominaram (em função da bancada catarinense), mas o segundo segmento mais numeroso acabou sendo o magistério (com 21% da bancada regional), ficando o profissionalismo liberal em terceiro, com 17%. Não houve ocorrência das categorias “políticos”, “pastores evangélicos” e nem mesmo “profissões intelectuais” nesta região.

Como observado ao longo desta seção, a composição ocupacional por estados adquire feições variadas, oscilando entre perfis estaduais mais ou menos comuns que variam pouco com relação ao perfil do senado brasileiro visto de forma global, ao lado de estados com contornos muito específicos, seja em relação à composição dominante em âmbito nacional, seja em relação aos próprios estados donos de características próprias. Tome-se como exemplo os vizinhos Santa Catarina e Rio Grande do Sul: embora aquele apresente maior renovação e, conseqüentemente, uma bancada numericamente superior, sua composição social está concentrada em três ocupações, sobretudo naquelas abrigadas sob a categoria “empresários”; ao passo que uma bancada menor do ponto de vista quantitativo, tal como o Rio Grande do Sul, apresenta-se distribuída em cinco ocupações quase que de forma pulverizada, não fosse a ocorrência de 42% de professores – o que também é digno de exame tendo em vista a baixa incidência desta categoria nos estados em geral.

Ou, outro exemplo importante, as diferenças observadas entre os estados nordestinos: desmembrando a região foi possível perceber dois padrões no que tange aquelas categorias mais recorrentes, havendo uma inversão entre os Grupo 1 e 2 desta região. Como visto, nos estados da “Região 2” a presença de profissionais liberais supera a de empresários.

E o que pensar a respeito da inexistência de parlamentares ligados às categorias empresariais nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul? Ora, como uma categoria de recrutamento sócio-ocupacional absolutamente central na maioria dos estados pode simplesmente não ocorrer nestes dois casos?

Além disso, a Região Sudeste e em específico São Paulo, ao colocar menos empresários em sua bancada no Senado, mostra uma variação importante com relação a maioria dos estados: demonstra um recrutamento menos franqueado às classes políticas tradicionais, isto é, é onde a política parece ser mais aberta, ou onde a estrutura de oportunidades é mais ampla.

Este quadro parece adquirir maior complexidade quando se compara com os dados disponíveis sobre a composição sócio-ocupacional da Câmara dos Deputados do trabalho de Rodrigues (2002). A semelhança entre alguns estados no que diz respeito à predominância de uma ou de outra categoria ocupacional como base de recrutamento tanto para a CD quanto para o Senado pode indicar vias sócio-profissionais de acesso aos cargos eletivos privilegiadas em âmbito local.

Por outro lado, existem diferenças importantes entre as duas casas legislativas no mesmo estado. De acordo com Rodrigues, a bancada catarinense da CD não se caracteriza pela hegemonia de empresários, embora eles estejam presentes (em 30%)³³.

São questões que emergem da análise preliminar dos dados. A decomposição dos dados por estado sugeriu bases sociais com pesos diferentes entre os estados: se a presença

³³ Aqui pode-se afirmar que as diferenças são insuficientes para se pensar em padrões absolutamente distintos para as duas casas legislativas do Congresso. Embora a agregação e as categorias sócio-ocupacionais sejam muito próximas (desta dissertação com o trabalho de Rodrigues), os períodos de cada pesquisa são distintos. Sem falar nas diferenças cruciais que possivelmente devem existir entre montantes de recursos sócio-ocupacionais para um e outro cargo.

de empresários e profissionais liberais revela o peso destas posições sociais para o “trampolim” político e a conquista de um cadeira de senador como via de regra, o real peso destas em distintas proporções só poderá ser melhor circunscrito ao se analisar outras variáveis básicas, como a força das bancadas partidárias e os recursos especificamente políticos que incrementam as carreiras em cada estado. Deste modo, o cruzamento destes dados com as variáveis de carreira política (tipos e níveis de cargos ocupados) permitem conclusões mais realistas sobre as rotas que levam o profissional para o mundo político e daí para o Senado.

5. CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES BRASILEIROS

A carreira ou trajetória política é entendida como uma etapa que complementa o processo de recrutamento para os postos políticos. Na medida em que analisa a carreira política prévia construída por determinados indivíduos de uma dada esfera de poder, tal problemática tenta compreender como alguém se torna senador (ou ocupa algum cargo político) e ajuda a pensar como a política está estruturada em uma hierarquia mais ou menos rígida de cargos. Este capítulo transita neste terreno e analisa dados da carreira política prévia dos parlamentares que ocuparam as cadeiras do Senado Federal entre os anos de 1987 e 2007.

A indagação que orienta essa análise é se há, no geral, uma carreira política consolidada ou em construção antes de se chegar à senatoria. Assim, esse capítulo investiga a relação (se ela existe e em que medida) entre uma carreira política extensa no interior das instituições políticas e a chegada ao cargo de senador. A maioria de trabalhos que abordam o problema da trajetória política (Marengo dos Santos, 1997; Santos, 2000) o faz com preocupações de analisar questões referentes ao sistema político, com o nível de profissionalização da atividade política e, enfim, em que medida a carreira política afeta ou é afetada pelas regras do jogo político. Nesta ótica, como mostramos na discussão bibliográfica, quanto maior o tempo e a diversificação das carreiras políticas, mais próximos estamos de um campo político rígido, constituído com regras próprias de seleção de seus quadros. Por outro lado, carreiras políticas incipientes, curtas ou descontínuas são indícios de uma maior abertura das instituições políticas aos indivíduos desprovidos das características típicas exigidas para o exercício da atividade política profissional.

Em artigo sobre as possíveis rotas de carreira adotadas por um deputado federal médio, Leoni, Pereira e Rennó afirmam que: “Por fim, estudos futuros deveriam procurar explicar quais são os fatores relacionados com a eleição para cargo mais alto. Muito já foi dito sobre os determinantes da reeleição, mas nada se sabe sobre o que aumenta as chances de alcançar um posto mais alto.” (Leoni, Pereira e Rennó, 2003, p. 64).

Tratando de uma pesquisa que aborda, dentre outras coisas, os padrões de carreira dos senadores brasileiros, esta colocação parece ser perfeitamente adequada a esse trabalho. Não obstante, os dados disponíveis não permitem que se elucide a real “chance” de um candidato alcançar o Senado. Em primeiro lugar, seria preciso identificar aqueles que fracassaram na tentativa de conquistar uma cadeira do Senado e, em segundo, traçar o seu perfil social ou de carreira política, determinar a sua atuação individual, por exemplo, aplicação de recursos “*pork barrel*”, participação em trabalhos legislativos e até mesmo de coligações estaduais, e, em seguida, cotejá-los com aqueles que conseguiram chegar ao Senado³⁴. Longe de procurar mensurar as “chances” de um deputado federal se tornar senador, esta pesquisa procura identificar apenas os itinerários políticos formais dos parlamentares e, a partir daí, esboçar um certo perfil comparado entre os universos dos deputados federais e senadores, para desvendar os distintos escopos de carreira política e o efeito dessas características sobre a constituição da *expertise*, da profissionalização política e assim por diante.

Se deixarmos de lado a questão das “chances” de sucesso e nos atermos às possíveis diferenças e semelhanças de carreiras entre os dois universos, podemos parafrasear os autores citados e perguntar “o quê o senador tem que o deputado federal não

³⁴ Ora, mensurar o conjunto de variáveis explicativas para mensurar as “chances” de sucesso eleitoral é tão difícil quanto dirimir as inúmeras dimensões intervenientes na decisão individual do voto, por exemplo.

tem?”. Sendo esta uma pergunta que também envolve múltiplas variáveis, procuro verificar apenas as carreiras dos dois universos e apreender o quão elas são parecidas ou não.

Um primeiro dado a ser considerado refere-se aos *tipos* de cargos pelos quais os parlamentares passaram ao longo da sua trajetória³⁵. Uma das formas de entender a estrutura de oportunidades políticas no Brasil é a que está a seguir: distinção por tipos de cargos - eletivos legislativos, eletivos executivos e não-eletivos – e diferenciação entre níveis de governo - municipal, estadual e federal.

Tabela 13. Trajetória parlamentar dos Senadores e Deputados Federais, respostas múltiplas

	Senadores (87-2007)		Dep. Federais (87-99)	
	N	%	N	%
Vereador	41	18,8	90	6
Dep. Estadual	77	35,3	293	19,4
Dep. Federal	116	53,2	684	45,4
Senador	60	27,5	23	1,5
Sem passagem	42	19,3	417	27,7

Fontes: para senadores, Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995); para dep. Federais, Santos (2000)

Obs. 1: dados sobre os deputados federais recobre o período 1987-99

Obs. 2: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

A experiência de passagem por cargos eletivos legislativos é a que vem em primeiro lugar. De uma forma geral, entre os senadores, é possível encontrar proporções sempre maiores de indivíduos com passagem por esse tipo de cargo, em relação aos deputados federais. Isto é especialmente claro quando se observa a passagem por Câmaras Municipais e pelo Senado e se verifica de forma menos contundente, para deputados federais e estaduais. Mas o dado que merece atenção diz respeito à categoria “sem

³⁵ A análise ganha maior consistência quando o tipo de cargo é cotejado com outros indicadores, como tempo de carreira (total ou por cargo), bem como a distinção de tipos de carreiras (mais orientadas para o parlamento ou para o executivo, por exemplo). Entretanto, este tipo de informação ainda não será apresentada neste texto.

passagem”, pois indica indivíduos desprovidos de experiência de disputar e vencer uma eleição legislativa e sugere as possibilidades de que a estrutura de oportunidades políticas se abra para indivíduos “marginais” à trajetória político-institucional . Pela tabela, vê-se uma diferença de apenas 8 p.p., o que não chega a demonstrar uma alta diferença entre os dois universos: em torno de 30% de deputados federais não ocuparam cargos eletivos legislativos e pouco menos de 20% de senadores também não o ocuparam. Entre 70% e 80% dos congressistas brasileiros experimentaram cargos legislativos antes de chegarem ao posto em análise, dado que indica razoável associação entre os recursos políticos da trajetória parlamentar e as possibilidades de mobilidade entre as casas legislativas. Contudo, apenas com esse dado não identificamos uma diferença significativa entre os dois universos.

Este quadro altera-se bastante quando destacamos os cargos eletivos executivos. Na Tabela 14 é possível ver duas grandes diferenças entre os dois universos. A passagem pelo cargo de governador ou vice-governados é 10 vezes maior (proporcionalmente) entre os senadores em relação aos deputados federais. Além disto, cerca de metade dos senadores (47,7%) apresentou experiência em postos executivos eletivos, ao passo que apenas 20% dos deputados federais tiveram essa experiência, sendo que a maioria ocupou o cargo de prefeito.

Além de clara superioridade no que tange à experiência em postos administrativos eletivos, os senadores possuem maior êxito nas disputas eleitorais mais competitivas (eleições majoritárias como prefeito, governador ou senador), em relação aos deputados federais (estes mais acostumados a eleições proporcionais).

Tabela 14. Trajetória no Executivo de Senadores e Deputados Federais, respostas múltiplas

	Senadores (87-2007)		Dep. Federais (87-99)	
	N	%	N	%
Prefeito ou vice	67	30,1	252	16,7
Governador ou vice	77	35,3	46	3,1
Prefeito/vice ou gov/vice	104	47,7	-	-
Executivos eletivos cumu	40	18,3		-
Sem passagem	114	52,3	1209	80,2

Fontes: para senadores, Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995); para dep. Federais, Santos (2000)

Obs. 1: dados sobre os deputados federais recobre o período 1987-99

Obs. 2: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

Se considerarmos ainda os cargos não eletivos de primeiro escalão, percebemos também uma superioridade em termos de volume de cargos ocupados pelos senadores frente aos seus pares congressistas da Câmara Baixa: 6,9% tiveram passagem por secretarias municipais (contra 6,4% entre os deputados federais), 32,6% ocuparam secretarias estaduais (contra 21,6% dos deputados federais) e 12,8% foram ministros de Estado (contra apenas 3% de deputados federais. Olhando estes cargos de forma conjunta, 46,4% dos senadores tiveram alguma passagem por cargos burocráticos (contra 31,6% dos deputados federais).

De fato, parece ser muito difícil a algum indivíduo sem experiência político-eleitoral chegar ao Senado: em torno de 10% dos senadores dos últimos 20 anos chegaram à casa sem ter ocupado nenhum posto eletivo (de qualquer nível, seja administrativo ou parlamentar); taxa que desce a 5,5% quando se inclui os cargos por indicação³⁶. Segundo

³⁶ Como é o caso do senador Marcelo Crivella, que teve como o seu primeiro cargo público o de senador, mas em função de sua posição de pastor evangélico e do capital político que decorre desse tipo de exposição pública. Note-se, entretanto, que este tipo de “janela” para o parlamento parece ser muito maior na Câmara

alguns estudos, este dado (indivíduos que conquistam uma cadeira parlamentar sem experiência em quaisquer cargos políticos) para os deputados federais chega a ser de 30% ou mais (Marengo dos Santos, 1997).

5.1 Diferenças internas: categorias ocupacionais e blocos ideológicos

A discussão bibliográfica sobre as carreiras políticas no Brasil anunciou alguns achados recentes sobre a configuração da elite parlamentar brasileira. Descontadas algumas divergências, há consenso quanto a duas teses principais: as carreiras não são iguais entre os parlamentares de espectros ideológicos distintos. Além disto, a variação que vai da direita, passa pelo centro e chega à esquerda é explicada, primordialmente, pelo tipo de relação que a organização partidária mantém com os seus quadros (militantes, líderes) exigindo diferentes formas de dedicação ao partido e, principalmente, mobilizando pessoal com perfil social distinto, do que decorre formas diferentes de alçar uma carreira política profissional. Essas diferenças dizem respeito, numa palavra, ao montante de recursos pessoais eleitorais à disposição dos aspirantes.

Nesse sentido, a primeira associação a ser feita é entre a composição sócio-ocupacional e o perfil de carreira dos senadores. Para tanto, foi elaborado o indicador que agrega e soma os tipos distintos de cargos ocupados pelos senadores antes do ingresso no Senado. O cruzamento desse Índice de Carreira³⁷ com as categorias ocupacionais do Capítulo 3 gerou a tabela a seguir.

dos Deputados do que no Senado, que parece colocar obstáculos mais efetivos para a entrada de indivíduos estranhos ao mundo político (lembre-se, por exemplo, da fracassada campanha de Oscar Shimit para senador por São Paulo).

³⁷ O índice de carreira é sinônimo do “número de cargos eletivos diferentes ocupados”. Ele faz uma pontuação: cada cargo eletivo ocupado gera o valor 1, de modo que aqueles que não passaram por cargos eletivos antes do Senado terão pontuação zero. Aqueles que tiverem pontuação 6 passaram por 6 cargos diferentes na carreira: foram vereadores, deputados estaduais, deputados federais, prefeitos, senadores,

Tabela 15. Categorias sócio-ocupacionais por Índice de Carreira – senadores brasileiros (1986-2006)

Ocupações	Quantidade de cargos ocupados							Total
	0	1	2	3	4	5	6	
Empresário	9 12,3%	11 15,1%	13 17,8%	15 20,5%	14 19,2%	8 11,0%	3 4,1%	73 100,0%
Profissionais liberais	5 8,2%	14 23,0%	13 21,3%	10 16,4%	10 16,4%	7 11,5%	2 3,3%	61 100,0%
Funcionários públicos	2 9,5%	3 14,3%	3 14,3%	8 38,1%	3 14,3%	2 9,5%	0 ,0%	21 100,0%
Magistério	2 8,0%	9 36,0%	8 32,0%	5 20,0%	1 4,0%	0 ,0%	0 ,0%	25 100,0%
Comunicador	1 6,3%	6 37,5%	2 12,5%	1 6,3%	3 18,8%	3 18,8%	0 ,0%	16 100,0%
Profissões intelectuais	1 20,0%	1 20,0%	1 20,0%	0 ,0%	2 40,0%	0 ,0%	0 ,0%	5 100,0%
Ativi. baixa ou média qualificação	0 ,0%	1 25,0%	0 ,0%	1 25,0%	2 50,0%	0 ,0%	0 ,0%	4 100,0%
Pastores evangélicos	0 ,0%	1 50,0%	0 ,0%	1 50,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 100,0%
Político	1 9,1%	2 18,2%	1 9,1%	3 27,3%	2 18,2%	1 9,1%	1 9,1%	11 100,0%
Total	21 9,6%	48 22,0%	41 18,8%	44 20,2%	37 17,0%	21 9,6%	6 2,8%	218 100,0%

O suposto básico por trás deste cruzamento é o de que os parlamentares ligados aos estratos sociais médios e baixos devem apresentar carreira mais diversificada em função de sua maior dependência de recursos partidários e organizacionais, do que decorre uma lenta e hierarquizada progressão na carreira. Por outro lado, parlamentares da direita, pela simples posse de mais recursos pessoais – e menos atrelados aos insumos partidários – devem apresentar uma carreira mais direta aos postos eletivos de prestígio, “pulando” parte da hierarquia de cargos eletivos.

vice-prefeitos, e assim por diante. Trata-se de mensurar a diversificação das carreiras individuais. Deve-se observar que é um indicador precário da “longevidade”, porque é possível uma carreira mais longa e exclusivamente devotada a um só cargo (o que do ponto de vista empírico é bastante incomum).

Embora o universo seja pequeno para uma desagregação como essa, algumas evidências sobressaem desse cruzamento. No que tange à linha dos senadores que exerceram atividades empresariais, parece claro que a sua vantagem numérica os distribui de forma equitativa entre os diversos *escores*: é plausível que muitos senadores que foram empresários tenham constituído carreiras políticas diversificadas e ricas do ponto de vista do acúmulo de diversos cargos eletivos. Entretanto, não é de se desconsiderar que é o grupo profissional que apresenta o maior contingente de indivíduos desprovidos de carreira eletiva prévia.

Esta distribuição bastante “espalhada” também se dá para os outros grupos sócio-ocupacionais mais numerosos (profissionais liberais e funcionários públicos). Padrão distinto emerge quando analisamos a pontuação dos profissionais ligados ao “magistério” e às “atividades de baixa ou média qualificação”. A ampla maioria do primeiro apresentou uma proporção maior entre os índices 2 e 4 (os empresários também apresentam uma proporção parecida, mas é o grupo mais expressivo, como dito).

Com relação às atividades de baixa ou média qualificação, dos 4 senadores que compuseram o grupo, 3 deles apresentaram-se entre os índices 3 e 4, com apenas um com a pontuação 1. Realmente, a tese de que os parlamentares desprovidos de *background* social elevado possuem uma carreira política mais morosa que os parlamentares de outros setores socioeconômicos pode ser aqui ilustrada de forma mais consistente com esse grupo.

Entretanto, a distribuição do índice de carreira entre as diversas categorias ocupacionais é errática o bastante para deixar a análise incompleta e dependente de outros indicadores complementares que a presente pesquisa não logrou estabelecer.

Não obstante essas observações, as relações entre perfil social e trânsito no interior das instituições políticas devem ser analisadas por meio dos partidos políticos, já

que são esses os mediadores fundamentais entre o universo social mais amplo e as instituições políticas.

Novamente, de acordo com as proposições de Marengo dos Santos e Serna (2007) partidos de esquerda apresentam perfil social próximo às classes médias e aos estratos médios baixos, com pretendentes desprovidos de recursos eleitorais próprios (dinheiro, redes sociais e capital familiar), que os fazem depender em larga medida do capital eleitoral organizacional. À direita, pelo contrário, encontra-se perfil social tradicional, com indivíduos munidos de melhores condições socioeconômicas e mais recursos pessoais, desconectando-os da dependência dos recursos partidários para o rápido acesso aos postos políticos de prestígio.

Por esta perspectiva, a estrutura partidária pode não apenas controlar a oferta de lideranças políticas, mas o faz com uma clara conexão com estratos sociais que são, no contraste entre as correntes ideológicas, distintos.

A Tabela 4 (Capítulo 3) já permitia essa associação ao identificar que parcela expressiva dos professores se encontrava entre as fileiras dos partidos políticos tradicionalmente identificados como de esquerda, bem como a localização do empresariado entre os partidos de direita e centro. Entretanto, a visualização dessa diferença do ponto de vista do montante de carreira não foi apresentada.

A pergunta que paira, portanto, é: dotados de bases sociais distintas, os partidos políticos de espectros ideológicos concorrentes apresentam parlamentares com carreiras políticas diferenciadas? O que essa seção procura responder é se aquilo que Marengo dos Santos e Serna (2007) encontraram para a Câmara dos Deputados acontece também no Senado brasileiro. A Tabela 16 apresenta um cruzamento entre as bancadas ideológicas o o

índice de carreira, um indicador que soma os tipos de cargos ocupados pelos parlamentares (o mesmo utilizado no teste da Tabela 15).

**Tabela 16. Índice de Carreira por espectro ideológico
Senadores brasileiros (1986-2006)**

Índice Carreira	Espectro ideológico			Total
	Direita	Centro	Esquerda	
Nenhum cargo	8	7	6	21
	9,6%	6,7%	19,4%	9,6%
1 cargo	15	25	8	48
	18,1%	24,0%	25,8%	22,0%
2 cargos	18	16	7	41
	21,7%	15,4%	22,6%	18,8%
3 cargos	19	20	5	44
	22,9%	19,2%	16,1%	20,2%
4 cargos	17	17	3	37
	20,5%	16,3%	9,7%	17,0%
5 cargos	5	15	1	21
	6,0%	14,4%	3,2%	9,6%
6 cargos ou mais	1	4	1	6
	1,2%	3,8%	3,2%	2,8%
Total	83	104	31	218
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Do ponto de vista da diversificação entre as carreiras – quantidade de cargos eletivos diferentes ocupados – as diferenças não são muito acentuadas. Ainda assim é possível perceber que a direita tem maiores proporções de parlamentares entre os *escores* 3 e 4, ao passo que o centro contém maior percentual entre os *escores* 5 e 6. A esquerda, como se vê, está com seus parlamentares majoritariamente entre os *escores* 0 e 2.

O que explica essa distribuição? Como visto no capítulo 3, os senadores de esquerda são indivíduos relacionados às profissões urbanas médias com menos recursos

profissionais. Agora, vemos que eles são a maioria dos “outsiders”, isto é, daqueles que tem nenhuma ou pequena experiência em cargos eletivos. Tal dado contraria a hipótese de Marengo dos Santos e Serna (2007), segundo a qual os parlamentares de esquerda têm tendência para carreiras mais diversificadas ou longevas.

Não obstante, isolando aqueles senadores da esquerda sem nenhum cargo prévio, percebemos que dois terços (isto é, 4 parlamentares) entraram na eleição de 2002. Em alguma medida, essa eleição pode representar um momento que contraria o padrão anterior de entrada ao Senado, sobretudo pelo excelente resultado eleitoral experimentado pelo Partido dos Trabalhadores nesse pleito como um todo. Muito em função da conquista da presidência da república, o partido obteve um crescimento expressivo nas duas casas legislativas e em diversos estados. Esses quatro parlamentares³⁸ podem ter se beneficiado desse momento para a conquista de um cargo que não seria conquistado de outra maneira.

Além disto, como veremos a seguir, a eleição para o Senado que oferece duas cadeiras para a disputa parece ser um momento de maior arejamento da classe política e relação àquela que oferece apenas uma.

De qualquer maneira, visto do ângulo da quantidade de cargos diferentes ocupados, é notável que o centro apresente a maior proporção de “raposas” – políticos experientes e com carreiras entrecruzadas em diversos tipos de cargos eletivos. Logo em seguida está a bancada dos partidos de direita, com uma distribuição equitativa de seus quadros entre os diversos *escores*, mas com maiores percentuais entre 2 e 4 cargos diferentes.

³⁸ São eles: Augusto Botelho (PDT-RR), Delcídio Amaral (PT-MS), Fátima Cleide (PT-RO) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

A esquerda, por sua vez, está sempre atrás dos dois blocos ideológicos rivais, o que é atestado tanto pela proporção inferior de parlamentares com 3 cargos ou mais, como pela superioridade de parlamentares com nenhum ou apenas um cargo.

Tabela 17. Número de mandatos eletivos executivos prévios por espectro ideológico - Senadores brasileiros (1986-2006)

Mandatos eletivos	Espectro ideológico			Total
	Direita	Centro	Esquerda	
1 mandato	20 24,1%	18 17,3%	7 22,6%	45 20,6%
2 mandatos	17 20,5%	19 18,3%	0 ,0%	36 16,5%
3 mandatos	4 4,8%	10 9,6%	3 9,7%	17 7,8%
4 mandatos	2 2,4%	3 2,9%	0 ,0%	5 2,3%
6 mandatos	0 ,0%	1 1,0%	0 ,0%	1 ,5%
sem passagem	40 48,2%	53 51,0%	21 67,7%	114 52,3%
Total	83 100,0%	104 100,0%	31 100,0%	218 100,0%

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

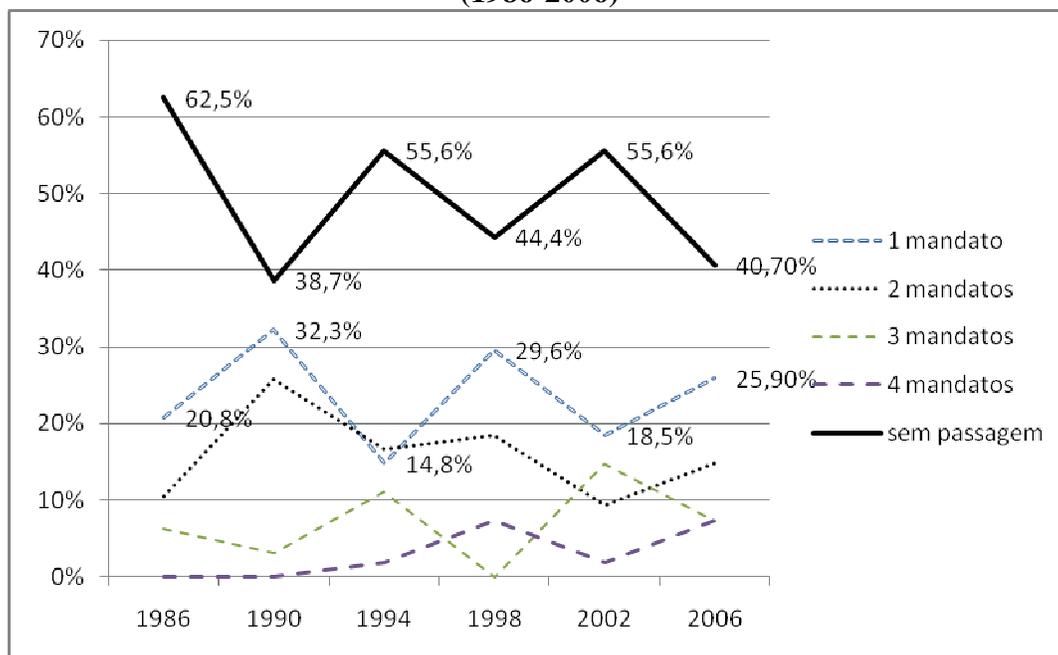
Quando separamos apenas os cargos eletivos no executivo (prefeitos/vices ou governadores/vices) percebemos que os parlamentares da esquerda apresentam menor passagem acumulada por esses cargos. Com exceção daqueles que tiveram três cargos eletivos executivos (região destaca em cinza, 9,7%), os Senadores de esquerda tiveram em geral apenas um mandato como prefeitos/vices ou governadores/vices (com 22,6% de sua bancada nessa situação). Isso fica mais claro pelo dado daqueles que não ocuparam cargos de mandatários municipais ou estaduais: 67,7% na esquerda contra 51% no centro e 48,2% na direita. Parece que os parlamentares de esquerda, além de possuírem menor acúmulo de

cargos em seus currículos (Tabela 16), também tendem a possuir menor passagem por cargos altamente competitivos.

Trata-se de uma informação que remete novamente à hipótese de Marengo dos Santos e Serna (2007), mas agora parece que não tanto no sentido de contrariá-la e sim conferir-lhe plausibilidade. Ora, se a bancada de senadores situados no polo da esquerda conquista muito poucos cargos executivos, pode significar que seus quadros possuem recursos insuficientes para disputa dos pleitos mais disputados, justamente aqueles de chefes dos executivos municipais ou estaduais.

No entanto, como visto na Tabela 16, alguns parlamentares situados à esquerda conseguem chegar ao Senado completamente desprovidos de cargos eletivos em suas carreiras. Para esse contingente (bem como para senadores com baixa experiência em cargos eletivos em geral), além da explicação baseada na eleição de 2002, temos o gráfico abaixo, que desagrega senadores com mandatos executivos por eleição.

Gráfico 4. Número de mandatos eletivos executivos por eleição – Senadores brasileiros (1986-2006)



Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

É possível notar aqui um padrão nítido: em eleições senatoriais com duas cadeiras em disputa por estado (casos de 2002, 1994 e 1986), aumenta o número de indivíduos sem passagem por esse tipo de cargo. Paralelamente, em eleições com apenas uma cadeira para cada estado (casos de 2006, 1998 e 1990) a presença daqueles sem mandatos eletivos executivos cai significativamente.

Estamos diante de uma especificidade do Senado: é o único cargo que não apresenta um número constante de vagas entre os pleitos. Essa diferença parece ter impacto sobre o perfil de carreira dos seus ingressantes. Quando há duas cadeiras em disputa, a possibilidade de algum candidato de menor expressão – carreira menos extensa, ausência de passagem por cargos altamente competitivos, sobretudo governadorias estaduais – ser vitorioso aumenta. De forma contrária, quando há apenas uma cadeira em aberto, os “caciques” estaduais – isto é, ex-governadores, ex-prefeitos de grandes cidades – tendem a dominar as chances de vitória.

A linha mais escura (gráfico acima) indica justamente aqueles sem passagem pelos cargos no executivo. O seu padrão “zigue-zague” entre eleições indica que os maiores valores de senadores que não foram governadores/vices ou prefeitos/vices acontece sempre nos pleitos com duas cadeiras à disposição dos candidatos³⁹. Também há um padrão nas linhas pontilhadas abaixo: aquelas que representam os senadores com 1, 2 e 4 mandatos executivos segue uma tendência parecida: sobem nas disputas com apenas uma cadeira disponível para o Senado. Nesses casos (eleições de 1990, 1998 e 2006), aqueles candidatos

³⁹ Os dados referentes aos senadores sem passagem por cargos executivos eletivos são os seguintes: 62,5% na eleição de 1986, 38,7% em 1990, 55,6% em 1994, 44,4% em 1998, 55,6% em 2002 e 40,7% em 2006. Chama atenção, ademais, que entre as eleições intercaladas, isto é, a cada 8 anos, a variação das taxas varia muito pouco principalmente para a categoria “sem passagem” e para “um mandato”.

ex-governadores ou ex-prefeitos protagonizam as eleições estaduais para o Senado e aqueles que não dispõem de uma carreira vitoriosa em pleitos majoritários vêem suas chances de sucesso decrescerem severamente.

Por fim, esse dado não pode ser sobrevalorizado no que diz respeito ao perfil das bancadas ideológicas. Mesmo com essa singularidade da magnitude eleitoral distinta para cada eleição, a observação das bancadas político-ideológicas não permitiu que se reafirmasse plenamente a tese de Marengo dos Santos e Serna (2007). As carreiras dos senadores à esquerda não são iguais às daquelas dos senadores do centro e da direita. Neste aspecto, percebe-se uma clara preponderância do centro e da direita quando trata-se de passar por cargos eletivos executivos.

Por outro lado, não há o padrão verificado para a Câmara dos Deputados segundo o qual na esquerda há carreiras mais longevas antes de chegar ao posto em análise. Quando o universo passa a ser os senadores, a bancada à direita e ao centro estão mais bem posicionadas do ponto de vista do acúmulo de cargos eletivos.

6. A CARREIRA POLÍTICA DO ÂNGULO DOS ESTADOS E REGIÕES

Tal como realizado para a dimensão da “composição sócio-ocupacional” uma apresentação dos dados de carreira desagregados por região e por estado é importante para poder captar formatos regionais de entrada e trânsito nas instituições políticas. Isto é importante para responder se há nítidos contrastes regionais que permitem perceber graus diferenciados de treinamento no interior das instituições políticas. Em uma palavra, trata-se de analisar se em certos estados os senadores foram treinados em diversos cargos (e quais foram eles), se voltaram suas carreiras para alguns cargos específicos, ou se tiveram uma parca experiência acumulada antes de ingressar no Senado.

Norte⁴⁰

Dividido em Norte Velho e Norte Novo, esta região apresenta muitas diferenças no tocante à carreira política prévia das suas bancadas senatoriais. O Norte Velho se destaca por ocupar a dianteira, dentre todas as regiões, de senadores com experiência no legislativo municipal (35,3%). Outra especificidade desta região é a de não apresentar em suas fileiras senadores sem nenhuma passagem prévia por cargos eletivos. Como veremos nas demais regiões, a presença de senadores sem experiência em algum cargo eletivo é muito baixa, mas a única região que apresentou 100% de senadores com experiência em cargos eletivos é essa.

⁴⁰ Tal como no Capítulo 4, a divisão das regiões será baseada naquela proposta por Rodrigues (2002), para poder proceder a um exame mais minucioso dos estados individualmente.

Tabela 18. Norte Velho – carreira eletiva anterior dos senadores (n.a.), respostas múltiplas

<i>Cargos</i>	AM	PA	TOTAL
vereadores	2	4	6
deputado estadual	2	5	7
deputado federal	4	4	8
senador	1	1	2
prefeito	4	2	6
governador	2	2	4
vice (prefeito ou governador)	1	1	2
não passou cargo eletivo	0	0	0
N	8	9	17

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Obs. 1: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

Respostas múltiplas, são considerados os diversos cargos exercidos pelo mesmo senador, os totais excedem 100% nas colunas.

Internamente, os seus dois estados se aproximam mais do que se diferenciam. As diferenças entre Pará e Amapá se devem à superioridade do primeiro no que diz respeito aos senadores que foram vereadores e deputados estaduais (44,4% e 55,6%, respectivamente). Estes dois percentuais foram responsáveis por conferir destaque ao Pará perante outros estados da federação: foi o que apresentou a maior incidência de senadores que foram vereadores ao longo de suas carreiras (44,4%) e figura como um dos três estados que mais apresentaram senadores com passagem por legislativos estaduais (55,6%). O Amapá, diferentemente, é mais parecido com a média nacional para todos os cargos, se diferenciando do seu vizinho apenas em função da maior presença de ex-prefeitos: 50% contra 22,2%.

O Norte Novo apresenta bancadas estaduais mais heterogêneas no que tange aos perfis de carreira de seus senadores. Em primeiro lugar, o Acre demonstrou ser um estado no qual as elites políticas estão bastante treinadas no Congresso Nacional, já que 42,9% dos

senadores acreanos passaram pela Câmara dos Deputados e 28,6% passaram pelo Senado antes de pertencer ao Senado no período da pesquisa. Rondônia teve semelhante composição por parte de seus senadores: dois terços estiveram no Congresso antes de fazerem parte do Senado no período estudado, mas com um diferencial diante do Acre: muitos também foram prefeitos (44,4%).

Tabela 19. Norte Novo – carreira eletiva anterior dos senadores (n.a.), respostas múltiplas

<i>Cargos</i>	AC	AP	RO	RR	TO	TOTAL
vereador	0	0	0	0	0	0
deputado estadual	1	0	2	1	1	5
deputado federal	3	2	3	3	4	15
senador	2	1	3	3	1	10
prefeito	1	3	4	0	2	10
governador	1	2	1	3	0	7
vice (prefeito ou governador)	0	0	0	0	0	0
nenhum	1	1	1	1	3	7
N	7	7	9	6	7	36

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Obs. 1: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

Respostas múltiplas, são considerados os diversos cargos exercidos pelo mesmo senador, os totais excedem 100% nas colunas.

Outro estado do Norte Novo que “treinou” parcela significativa dos seus senadores no executivo municipal foi o Amapá (42,9%), mas ficou bastante atrás da média regional no que diz respeito ao treinamento prévio nos cargos legislativos: somente 28,6% foram deputados federais (uma quantidade baixa *vis-à-vis* a outros estados) e 14,3% foram senadores antes. Os senadores do Amapá, portanto, não costumam passar pelos cargos de vereador e deputado estadual e poucos ingressam na Câmara dos Deputados. Os postos executivos em âmbito municipal e estadual parecem exercer maior controle sobre a oferta de aspirantes ao Senado Federal. Roraima também parece ser um caso à parte na região: sua bancada de senadores do período democrático congregou políticos que se ocuparam de

cargos elevados na hierarquia dos postos eletivos (indicado pela ausência de ex-vereadores e ex-prefeitos, além da baixa presença de deputados estaduais). De fato, os 6 senadores de Roraima foram majoritariamente deputados federais (50%), senadores (50%) e/ou governadores (50%).

O último estado do Norte Novo, Tocantins, ficou caracterizado pelo elevado percentual de senadores sem passagem por nenhum cargo eletivo antes de ingressar no Senado (41,9%). Além de representar quase metade de sua bancada, é o percentual de “sem passagem por cargos eletivos” que ficou em primeiro lugar dentre os 27 estados.

Em conjunto, entretanto, essa região tem duas marcas que a distingue de todas as demais: nenhum de seus senadores foram vereadores durante a sua carreira política e nenhum teve passagem por cargos de vice (vice-prefeitos ou vice-governadores). Dentre as sete regiões ou sub-regiões, o Norte Velho foi aquela que apresentou a menor proporção agregada de políticos que iniciam suas carreiras pelos cargos legislativos de menor envergadura, isto é, foram poucos os senadores que passaram pelo legislativo municipal ou estadual nos diversos estados aqui considerados. Finalmente, foi a região com maior presença de senadores desprovidos de cargos eletivos em seus currículos, muito em função de Tocantins.

Nordeste

Dividindo o Nordeste entre Grupo I e Grupo II para captar diferenças intra-regionais e inter-estaduais, começamos pelo Nordeste Grupo I, que compreende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Paraíba.

Dentre os contrastes mais acentuados entre as unidades, Alagoas é responsável por uma bancada de senadores com diversificada experiência em diversos postos, o que é

atestado pela alta repetição de cargos entre os seus seis senadores. Com exceção de apenas um senador que ocupou o cargo de “vice” (prefeito ou governador), todos os demais cargos foram habitados por mais de um senador do período da pesquisa, especialmente o de deputado estadual, que foi cargo prévio de 66,7% dos senadores eleitos entre 1986 e 2006.

Tabela 20. Nordeste GRUPO I – carreira eletiva anterior dos senadores (n.a.), respostas múltiplas

	AL	BA	CE	MA	PB	TOTAL
vereador	0	3	3	0	1	7
deputado estadual	4	4	4	1	4	17
deputado federal	3	6	5	6	5	25
senador	2	5	2	1	2	12
prefeito	3	2	1	3	3	12
governador	3	6	2	5	2	18
vice (prefeito e governador)	1	2	1	1	1	6
nenhum	0	0	2	0	1	3
N	6	9	10	6	9	40

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Obs. 1: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

A Bahia também apresenta uma alta rotatividade dos senadores entre os diversos cargos eletivos disponíveis, mas ainda mais diversificada (porque inclui o cargo de vereador para 33,3%) e ainda mais freqüente (porque chega a ter dois terços de sua bancada passando pela deputação federal, valor idêntico aos que passaram pela governadoria do estado). Assim como na bancada alagoana, não se vê entre os senadores baianos indivíduos desprovidos de experiência em cargos eletivos antes do ingresso na Câmara Alta brasileira.

O Ceará já apresenta uma especificidade no contexto regional: alta presença de indivíduos treinados nos três níveis legislativos (com 30%, 40% e 50% para vereadores, deputados estaduais e deputados federais, respectivamente) e relativa escassez de ex-mandatários municipais ou estaduais (indicado por apenas um ex-prefeito e dois ex-governadores).

Entre os senadores maranhenses, chama atenção a baixa quantidade de políticos que habitaram os cargos de vereadores e deputados estaduais. Ao que estes dados indicam, os senadores maranhenses iniciam sua carreira “por cima”, indo direto aos outros cargos da hierarquia, sobretudo a deputação federal⁴¹, prefeituras e governadorias.

Paraíba retoma o perfil dos demais estados do Nordeste Grupo I ao apresentar uma bancada de senadores mais diversificada do ponto de vista da passagem por cargos eletivos. Assim como no Ceará, a bancada paraibana experimentou muitos cargos, não se concentrou tanto em poucos cargos e permite que seja considerada uma classe política mais experiente nos diversos níveis e tipos de cargos.

Assim, o Nordeste Grupo I apresenta três padrões distintos de carreiras políticas entre seus estados: bancadas altamente concentradas em alguns cargos (caso do Maranhão); bancadas que trafegaram pela totalidade dos cargos eletivos disponíveis (casos do Ceará e Pernambuco); e bancadas que, além de trafegar por todos os cargos eletivos disponíveis, apresenta uma ampla circulação entre os cargos da hierarquia eletiva estadual (caso representado pela Bahia).

Em seu conjunto, esta parte do Nordeste é marcada pela baixa incidência de *outsiders* (apenas 0,7% não tiveram passagem por cargo eletivo algum) e senadores com elevada passagem pela Câmara dos Deputados (62,5%). Além disso, tal como o Norte Velho, o Nordeste Grupo I apresenta bancadas estaduais bastante bem distribuídas entre os diversos cargos eletivos disponíveis na estrutura de oportunidades políticas, com exceção do Maranhão.

⁴¹ Cargo que foi ocupado anteriormente por 100% dos senadores maranhenses.

Tabela 21. Nordeste GRUPO II – carreira eletiva anterior dos senadores (n.a.), respostas múltiplas

<i>cargos</i>	PE	PI	RN	SE	TOTAL
vereador	1	0	1	0	2
deputado estadual	4	6	2	4	16
deputado federal	8	4	1	3	16
senador	1	1	3	2	7
prefeito	2	4	2	2	10
governador	2	6	4	2	14
vice (prefeito ou governador)	0	1	1	2	4
nenhum	0	1	1	2	4
N	8	9	7	7	31

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Obs. 1: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

Como um todo, esta região se destaca por apresentar poucos senadores que ocuparam as Câmaras Municipais de Vereadores (6,5%) e também por uma proporção de deputados federais que segue o padrão nacional (estando aquém, portanto, daquela verificada no Nordeste Grupo I).

Apenas o estado de Pernambuco contou com uma bancada de senadores com 100% de passagem prévia pelas cadeiras da Câmara dos Deputados. Some-se a isso que metade teve passagem pela Assembléia Legislativa, denotando uma elevada circulação entre os cargos proporcionais disputados em âmbito estadual.

No que diz respeito ao Piauí, o quadro se inverte: 75% foram deputados estaduais e 44,4% foram deputados federais. Mas há uma diferença fundamental com relação à Pernambuco: houve 66,7% de senadores com experiência anterior no cargo de governador do estado.

O Rio Grande do Norte apresenta uma diferença importante com relação à maioria dos estados: baixa ocorrência de senadores que foram deputados federais: 14,3%. Os

senadores desse estado costumam trafegar mais pelos cargos mais competitivos dos pleitos estaduais (executivo estadual e Senado).

O Sergipe, com exceção da ausência de senadores com passagem pelos legislativos municipais é um dos estados que apresenta a maior distribuição entre os diversos cargos. Aqui, tal como em Pernambuco, é elevado o número de políticos vitoriosos em pleitos proporcionais estaduais (referente aos deputados estaduais e federais).

Vendo o total desses quatro estados, encontra-se um dos maiores percentuais de senadores sem passagem por cargos eletivos (12,9%), ficando atrás apenas do Norte Novo. Principalmente, assim como o Nordeste Grupo I, é a região que apresentou a maior ocorrência de senadores “ex-governadores”, ambas com 45%.

Centro-Oeste

Trata-se de uma região que apresenta alta uniformidade entre os seus estados componentes, possível de ser observada quando se compara os percentuais estaduais com o total regional. Para a maioria dos senadores das bancadas do centro-oeste, é possível perceber elevada passagem pelos diversos cargos eletivos – raramente ocorre de haver senadores estaduais sem passagem por pelo menos um dos cargos listados. O que diferencia os estados internamente é a repetição dos cargos prévios ocupados pelos senadores: enquanto Mato Grosso e Goiás apresentaram 66,7% e 60% de “ex-deputados federais”, o Mato Grosso do Sul apresentou 77,8% de ex-prefeitos⁴².

⁴² Este dado oferece um indicador que pode ser desdobrado em outras análises: a centralidade das prefeituras municipais para lançar as carreiras que irão chegar a um dos cargos mais importantes da hierarquia, isto é, a senatoria.

Tabela 22. Centro-Oeste – carreira eletiva anterior dos senadores (n.a.), respostas múltiplas

	MT	GO	MS	DF	TOTAL
vereador	1	3	3	1	8
deputado estadual	3	4	2	1	10
deputado federal	6	6	4	3	19
senador	2	2	3	6	13
prefeito	3	2	7	1	13
governador	3	6	3	2	14
vice (prefeito ou governador)	0	2	2	0	4
nenhum	0	1	1	2	4
N	9	10	9	10	38

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Obs. 1: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

Diferentemente, o Distrito Federal teve como cargo mais freqüentado o de senadores antes de entrarem para o universo da pesquisa. De fato, o Distrito Federal é a unidade que apresentou maior singularidade. Além de poucos ex-prefeitos e muitos senadores, é o estado no qual a carreira legislativa local parece desempenhar fraco papel na estrutura de engendra o trampolim o Senado.

Nesse sentido, Goiás figura como o oposto, justamente por apresentar a maior freqüência de senadores com passagem por diversos cargos eletivos, podendo denotar carreiras políticas bem estruturadas na hierarquia formal dos cargos estaduais e, além disso, ampla experiência em cargos elevados tais como o de governadores (60%)⁴³.

Sudeste

Esta é uma região importante do ponto de vista de suas especificidades como um todo e do ponto de vista de suas unidades internas. Isto é, trata-se não apenas de uma região

⁴³ O que o aproxima de um padrão altamente diversificado de carreiras tal como o verificado na bancada baiana.

que em seu conjunto destoa dos valores agregados para as demais regiões, mas principalmente é no sudeste onde encontramos as umas das mais destacadas discrepâncias estaduais com relação aos demais estados.

Tabela 23. Sudeste – carreira eletiva anterior dos senadores (n.a.), respostas múltiplas

<i>Cargos</i>	MG	ES	RJ	SP	TOTAL
vereador	2	3	1	1	7
deputado estadual	1	5	2	1	9
deputado federal	5	6	6	4	21
senador	3	1	4	2	10
prefeito	2	1	1	0	4
governador	3	1	0	0	4
vice (prefeito ou governador)	2	1	1	0	4
nenhum	1	0	0	1	2
N	10	7	9	7	33

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Obs. 1: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

Minas Gerais tem clara semelhança com muitos casos observados acima: senadores com passagem por todos os cargos listados, além de ser uma configuração equitativa, isto é, a bancada não teve uma concentração excessiva em um cargo ou em um único (legislativo ou executivo) tipo de cargo⁴⁴.

No Espírito Santo também se encontra uma bancada de senadores que tem experiência em todos os cargos. O que o difere de Minas, entretanto, é que o grosso da experiência *repetida* está concentrada nos cargos proporcionais (níveis municipal, estadual e federal) e muito menos em cargos executivos. O predomínio da experiência legislativa na bancada capixaba não chega a representar nenhuma discrepância, sobretudo quando vista perante casos similares (Pernambuco, por exemplo).

⁴⁴ A presença de 50% de ex-deputados federais acompanha a tendência nacional que tem a Câmara Baixa como um dos principais celeiros para a Câmara Alta.

São Paulo, entretanto, representa um caso único no Brasil: foi a única unidade que apresentou *carreira legislativa pura* entre os seus senadores com experiência eletiva de sucesso. Vendo os casos desse estado, percebe-se que a eleição ao Senado foi anterior à experiência em cargos eletivos executivos de destaque (prefeitura da capital ou governador estadual). Assim, a regra é competir antes por cargos legislativos em outros níveis (e aqueles que investem em um cargo eletivo executivo não logram sucesso) antes de chegar ao senado e depois participar de outros cargos executivos⁴⁵. Não parece significar, portanto, que o Senado não exija recursos elevados para entrada em São Paulo. Pelo contrário, parece indicar maior formalização das rotas no interior da estrutura de oportunidades políticas do estado: nenhum senador por São Paulo foi prefeito paulistano e nem governador antes. Mas nenhum ex-prefeito da capital ou ex-governador parece desejar (ou ter condições de disputar) uma cadeira no Senado.

⁴⁵ Isto é válido para Mario Covas (PMDB/PSDB), Fernando Henrique Cardoso (PMDB/PSDB), José Serra (PMDB/PSDB), Aloizio Mercadante (PT), Eduardo Suplicy (PT). Mas não é válido para Severo Gomes (PMDB) que iniciou a sua carreira pela via burocrática – foi nomeado ministro pelos governos militares antes de chegar ao Senado – e Romeu Tuma (PFL/DEM), que foi Diretor Geral da Política em São Paulo. De todos os senadores paulistas, apenas Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante foram os únicos que iniciaram suas carreiras pelo legislativo (sendo que os dois últimos sempre se mantiveram em cargos no legislativo). Além de Severo Gomes e Romeu Tuma, Mario Covas e José Serra também tiveram o seu “*debut*” por meio de cargos de nomeação na burocracia municipal ou estadual. Enquanto Covas foi Secretário Municipal dos Transportes em Santos na década de 1960, José Serra foi Secretário Estadual de Planejamento de São Paulo (1983-1986). Importa, entretanto, que a totalidade dos senadores paulistas não exerceu cargos eletivos executivos antes de chegarem ao Senado Federal. Isto indica duas coisas ausentes em outros estados: que mesmo possuindo experiência política prévia, os senadores paulistas não são ex-prefeitos ou ex-governadores. Parece ser claro, neste sentido, que administrar uma prefeitura no interior não tem sido suficiente para prover os recursos necessários a uma eleição para o Senado. Por outro lado, eleger-se senador é uma etapa anterior à conquista do cargo de prefeito da capital, que é a base “natural” para uma posterior conquista do executivo estadual (o que foi observado para Mario Covas e José Serra). O segundo ponto diz respeito ao tipo de competição política observada em São Paulo: não ocorreu nos últimos vinte anos o padrão zigue-zague observado entre a senatoria estadual e o governo municipal, como se dá em diversas unidades da federação. Ou seja, o Senado é um trampolim para a prefeitura paulistana ou para o governo estadual, mas não tem sido local de “abrigo” para aqueles que saíram desses cargos.

O Rio de Janeiro se assemelha a São Paulo: há um baixo intercâmbio de políticos entre os cargos eletivos no executivo municipal (apenas um “ex-prefeito”, 11,1%) ou estadual.

Vendo o Sudeste como um todo, vemos que estes dois últimos estados foram responsáveis por “puxar” a taxa de senadores com passagem pelo executivo estadual da região para a menor dentre todas: apenas 12,1% foram governadores e 12,1% foram prefeitos. A semelhança da região com o restante do país ficou por conta da expressiva presença de senadores treinados anteriormente na Câmara dos Deputados, com 63,6%, uma das mais altas dentre as regiões.

Sul

Quando observamos a última região, são poucas as diferenças que podem emergir perante o resto do país. O Rio Grande do Sul é o estado com maior semelhança com o padrão de recrutamento anterior (principalmente São Paulo) mais propriamente “endógeno” ao legislativo. Dentre os senadores gaúchos, apenas um teve passagem pelo governo estadual antes de ocupar uma cadeira da Câmara Alta brasileira.

Tabela 24. Sul - carreira eletiva anterior dos senadores (n.a.), respostas múltiplas

<i>Cargos</i>	PR	SC	RS	TOTAL
vereador	1	3	2	6
deputado estadual	2	4	4	10
deputado federal	3	6	3	12
senador	4	1	2	7
prefeito	2	5	0	7
governador	3	3	1	7
vice (prefeito ou governador)	1	2	0	3
nenhum	1	0	0	1
N	7	9	7	23

Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)
Obs. 1: respostas múltiplas, as somas ultrapassam 100%

Trata-se de um perfil bem diverso dos seus estados vizinhos (e, de resto, com a maioria dos estados brasileiros). Isto quer dizer que tanto Paraná quanto Santa Catarina contém senadores com passagem tanto pelo executivo municipal e estadual quanto pelo legislativo. Mas os dois estados apresentaram diferenças importantes. Em primeiro lugar, a renovação foi mais elevada em Santa Catarina (o que é indicado pelo N regional maior, 9 contra 7 no Paraná). Também se percebe que enquanto o Paraná foi teve mais casos de senadores que foram “ex-senadores”, Santa Catarina cerrou fileiras entre ex-deputados federais e ex-prefeitos. Neste último pode-se atribuir maior repetição entre os cargos disponíveis, o que indica maior circulação de grandes líderes entre diversos cargos e, possivelmente, uma competição mais restrita.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: os senadores e a classe política brasileira no período democrático recente

Esta dissertação fez um apanhado da composição sócio-ocupacional e do perfil de carreira política dos senadores brasileiros eleitos durante o período democrático recente, recobrando as seis eleições que ocorreram entre 1986 e 2006.

Concebida com o espírito comum à sociologia política, que enfatiza as condicionantes sociais para compreender o funcionamento da política, a pesquisa se orientou pelos trabalhos desenvolvidos sobre a classe política brasileira, notadamente aqueles debruçados sobre o recrutamento político dos legisladores brasileiros.

Na literatura nacional sobre o assunto há três hipóteses fundamentais sobre a classe política nacional e sobre o recrutamento para os postos legislativos. Em primeiro lugar a) uma que afirma a existência de bases sociais distintas de recrutamento político entre as bancadas ideológicas da esquerda, centro e direita (Rodrigues, 2002). Em segundo, b) a ocorrência de uma incipiente “popularização” da classe política brasileira no período mais recente da democracia brasileira, sobretudo a partir do pleito de 2002 (Rodrigues 2006). Por último, uma terceira que diz respeito ao escopo das carreiras políticas dos deputados federais, ou seja c) o baixo volume de carreira política observada entre os deputados federais. Foi com base nessas questões que o trabalho se debruçou sobre os dados referentes ao objeto selecionado.

Portanto, a comparação entre os deputados federais e os senadores foi um elemento fundamental da análise. Desse movimento se depreende as seguintes conclusões.

Do ponto de vista do perfil social do Senado brasileiro, os dados permitem alguns apontamentos adicionais ao que se costumava pensar sobre os congressistas brasileiros (algo até então pensado apenas mediante o perfil dos deputados federais). Como visto, do ponto de vista do sexo, das profissões e do diploma universitário, há uma homogeneidade bastante clara entre as duas casas parlamentares.

Ainda mais importante: as principais diferenças de composição sócio-ocupacional dos partidos políticos tal como observado na Câmara dos Deputados se confirmam quando olhamos as bancadas partidárias do Senado: perfil social distinto e mais ou menos congruente com sua organização e programa, isto é, com sua posição na escala direita-centro-esquerda. Esse achado confere maior consistência à tese de Rodrigues (2002) segundo a qual os partidos políticos não são organizações socialmente idênticas, i.e., o que daí decorre, tal como ausência de diferenças de seleção de seus quadros e possíveis implicações desses traços para o seu perfil político como um todo.

Nesse mesmo terreno da composição sócio-ocupacional, mas voltados para a questão da popularização da classe político, os dados não apontaram para a tendência observada na Câmara dos Deputados. Na Câmara Alta, a entrada de indivíduos ligados aos setores profissionais médios é parecida com a da Câmara Baixa quando analisamos os dados agregados para todo o período. Isso não se dá, entretanto, quando desmembramos a pesquisa por eleições. O que se viu é que o aumento da proporção dessas camadas sociais médias foi localizada a alguns momentos isolados, sobretudo em 2002, mas sofreu uma queda significativa na eleição seguinte.

Essa constatação não desautoriza a tese da popularização de forma categórica. Em primeiro lugar, trata-se de um processo em andamento e que requer um acompanhamento prospectivo, para os diversos cargos nos quais a classe política se distribui. Em segundo, a

dificuldade de tal processo ocorrer no Senado pode indicar que o processo de popularização acontece até certo ponto na hierarquia de postos políticos. Para além dessa especulação, a relação entre “novos atores” (isto é, não apenas a substituição nominal dos políticos profissionais com mesmo perfil social) e a disputa parlamentar depende de maior acompanhamento temporal.

Já sobre a dimensão da carreira política, aquela homogeneidade observada do ponto de vista social entre as duas Casas do Congresso parece dar lugar a diferenças muito importantes: os senadores apresentam considerável experiência em cargos mais competitivos e, mais ainda, a probabilidade de encontrarmos um *outsider* na Câmara Alta está bem abaixo daquela esperada para a Câmara Baixa.

Essas diferenças de carreira são importantes para se avançar na compreensão das exigências institucionais para a competição de distintos cargos políticos no Brasil. Como se viu, há um contingente bastante grande de senadores (na faixa dos 50%) que ocuparam uma cadeira de deputado federal antes de chegar ao Senado.

Se adicionarmos as informações sobre cargos eletivos executivos, embora em proporção menor do que os cargos legislativos, os senadores se distinguem ainda mais dos deputados federais. Assim, políticos que concorrem a uma carreira no Senado possuem não apenas maior experiência em eleições proporcionais (sobretudo para a Câmara dos Deputados), mas ocuparam cargos em eleições majoritárias altamente concorridas em proporção muito maior do que os deputados.

Por essas diferenças é possível começar a estabelecer diferentes fronteiras entre as instituições políticas e os universos externos a elas: quanto maior o grau de competitividade dos cargos, maior parece ser o fechamento das instituições políticas aos indivíduos estranhos a elas.

Observando a carreira política dos senadores por “dentro” e comparando grupos dentro do universo, muitas diferenças observadas entre os deputados federais assumem outros contornos. Sobretudo no que diz respeito ao volume das carreiras entre as bancadas de direita, centro e esquerda, percebe-se uma nítida inversão dos dados com relação aos deputados federais. O que se viu, nesse aspecto, é que os deputados federais têm perfil de carreira mais compartimentado entre os polos ideológicos (Marengo dos Santos e Serna, 2007), com padrões mais lentos e dependentes dos recursos partidários para aqueles situados à esquerda.

Sobre essa inversão, duas ponderações são fundamentais: em primeiro, do ponto de vista metodológico, os universos são muito diferentes tanto numérica quanto politicamente. Um N muito mais baixo e uma evolução da bancada da esquerda mais lenta no Senado coloca algumas reticências para o tratamento dessa relação entre bases sociais dos partidos e perfis nítidos de carreira. Em segundo lugar, como analisado no Capítulo 5, a baixa incidência de senadores de esquerda com passagem anterior pelo cargo de governadores ou vice e prefeitos ou vice pode ser um indício que comprova a tese de Marengo dos Santos ou Serna pela via negativa. Isto é, a carreira parlamentar em eleições proporcionais ofereceu, no período recente, possibilidade de entrada de novos setores sociais, que se utilizaram de recursos organizacionais para ascender na carreira. Por outro lado, tais recursos ainda são insuficientes (no atacado e não no varejo) para a conquista de cargos que mobilizam mais recursos eleitorais.

Ainda no que cabe às diferenças internas observadas nos perfis de carreira, um dos achados fundamentais dessa pesquisa se refere ao *número de vagas* em aberto para cada eleição. O Gráfico 3 mostrou que as eleições senatoriais que colocam duas vagas em disputa são muito mais propícias para a entrada de indivíduos com perfil de carreira menos

tradicional. Numa palavra, ex-governadores parecem predominar em eleições com uma única cadeira em aberto, ao passo que em eleições com apenas uma cadeira eles estão em nítida vantagem perante os aspirantes com carreira ligada a cargos legislativos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARES, Maria Luzia. Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002. 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006.
- AMORIM NETO, O. & SANTOS, F. “A produção legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação” In VIANA, L.W.(Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ-FAPERJ, 2002. p. 91-139.
- ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1995*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- BEYNE, Klaus von. Elite Input and Policy Output: the Case of Germany. In M. M. Czudnowski (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982. p. 55-66.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba/Campinas: Editora Unimep/Editora da Unicamp, 2001.
- BIRNBAUM, Pierre. *Dimensions du pouvoir*. Paris: Presse Universitaire de France, 1984. 261 p. cap. xi (“Sur l’étude des élites”).
- BOHN, Simone R . Women and candidate quality in the elections for the Senate. Brazil and the United States in comparative perspective. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, p. 74-107, 2007.
- BRAGA, Sergio S. (1998). *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- CARLTON, Eric. *The Few and the Many: A Typology of Elites*. Vermont: Scolar Press, 1996. 225 p. p. 01-32.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAYROL, Roland e PERRINEAU, Pascal. Governing Elites in a Changing Industrial Society: The Case of France”. In M. M. Czudnowsky (ed.) *Does Who*

Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982. p. 90-124.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In HEINZ, F. M. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2006.

COSTA, Luiz Domingos. *Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1986-2006)*. Projeto de mestrado apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-Fapesp. 2007. 17p.

CZUDNOWSKI, Moshe M. Introduction: A Statement of the Issues. In M. M. Czudnowski (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982. p. 03-12.

DAALDER, Hans and BERG, Joop Th. J. van. Members of the Dutch Lower: Pluralism and Democratization. In M. M. Czudnowski (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982. p. 55-66.

DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997. 240 p.

_____. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIN, Maria Stella. *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 90-100.

DAMAMME, Dominique. Professionnel de la politique, un métier peu avouable. In: OFFERLÉ, Michel (org.), *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, 1999. 363 p. p. 37-67.

DOGAN, Mattei. Les professions propices à la carrière politique. Osmose, filières et viviers. In: OFFERLÉ, Michel (org.). *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, 1999. 363 p. p. 171-199.

FERNÁNDEZ, Julio A. *The Political Elite in Argentina*. New York, New York University Press, 1970.

FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 2001.

FLEISCHER, D. V. . O Pluripartidarismo No Brasil: Dimensões Sócio-Econômicas e Regionais do Recrutamento Legislativo, 1967-1967. REVISTA DE CIENCIA POLITICA, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 49-75, 1981.

- _____. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3.
- _____. *Thirty years of legislative recruitment in Brasil*. Center of Brazilian Studies, Johns Hopkins University, Washington D.C., August 1976.
- GIDDENS, Anthony. Preface; e Elites in the British class structure. In P. STANWORTH, P. & GIDDENS, A. (eds.). *Elites and Power in British Society*. Cambridge, Cambridge University Press, p. ix-xiii e p. 1-21, 1974.
- GRILL, Igor Gasta. *Perfis, carreiras e institucionalização política entre Deputados Federais: notas sobre uma análise comparada acerca da especialização política em dois estados Brasileiros (RS e MA)*. Trabalho apresentado ao 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006.
- GUTTSMAN, W. L. The British Political Elite and the Class Structure. In Stanworth and Giddens (eds.), *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. 274 p. p. 22-44.
- HEINZ, Flávio. M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HIGLEY, John. HOFFMANN-LANGE, Ursula; KADUSHIN, Charles and MOORE, Gwen. Elite integration in stable democracies: a reconsideration. *European Sociological Review*, v. 7, n. 1, mai. 1991.
- HTUN, Mala e POWER, Timothy J. (2006). Gender, Parties, and Support for Equal Rights in the Brazilian Congress. In: *Latin American Politics and Society*. Vol. 48, no 4, pp. 83-105.
- HUNTER, Floyd. *Community Power Structure: A Study of Decision Makers*, 1953.
- JOHNSON, Ollie. Racial Representation and Brazilian Politics: Black Members of the National Congress, 1983-1999. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 40, no. 4: 97-118, 1998.
- KERBAUY, M. T. M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, v. 2, p. 337-365, 2005.
- KINZO, Maria D'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2004, vol. 19, no. 54 [citado 2007-04-10], pp. 23-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100002&lng=pt&nrm=iso>.

- _____. Bases sociais do recrutamento político no sistema partidário brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol. 17, no. 50 [citado 2007-04-08], pp. 161-162. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000300010&lng=pt&nrm=iso>.
- LEMOS, Leany Barreiro (Org.). *O Senado Federal Brasileiro no pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal, 2008.
- LEONI, Eduardo, PEREIRA, Carlos e RENNO, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opin. Publica.* [online]. 2003, vol. 9, no. 1 [citado 2007-04-02], pp. 44-67. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100002&lng=pt&nrm=iso>.
- LEVINE, R. M. 1978. *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford : Stanford University.
- LLANOS, Mariana & SÁNCHEZ, Francisco. Council of Elders? The Senate and Its Members in the Southern Cone. *Latin American Research Review*. V. 41, Number 1, 2006, pp. 133-152.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva : São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- MARENCO DOS SANTOS, André e SERNA, Miguel. *Do left and right have the same elites' parliamentary recruitment? A comparative study of Brazil, Chile and Uruguay*. Trabalho apresentado no III Congresso da ALACIP, IFCH/UNICAMP, Campinas, 2006.
- MARENCO DOS SANTOS, André. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, UFRGS, 2000.
- _____. Sedimentação das lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.45, p. 69-83, 2001.
- _____. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.33, p. 87-101, 1997.
- MATTHEWS, Donald R. United States of America: a collective portrait of the senators. *International Social Science Journal*, v. 8, n. 4. Unesco, 1961.

- MEISEL, James H. *The Myth of the Ruling Class: Gaetano Mosca and the Elite*. Michigan: Ann Arbor Paperbacks and The University of Michigan Press, 1962. 432 p.
- MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na câmara dos deputados. *Dados*. [online]. 2000, vol. 43, no. 2 [citado 2007-04-13]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200001&lng=pt&nrm=iso.
- MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Soc. estado.*, Brasília, v. 22, n. 2, ago. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000200005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 10 fev. 2009. doi: 10.1590/S0102-69922007000200005.
- MICELI, Sergio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930. In: Boris Fausto. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*, 3, Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981, v. 10, p. 557-596.
- _____. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. pp. 345-356.
- MILLS, C. W. *La elite del poder*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica. 1962.
- MOSCA., Gaetano *The ruling class. Elementi di scienza politica*. New York, Toronto, London: Mcgraw-Hill, 1939. 514 p. [Mosca, Gaetano. *La classe política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.]
- MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. *Dados*. [online]. 2005, vol. 48, no. 2 [citado 2007-04-13], pp. 371-394. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200005&lng=pt&nrm=iso.
- NORRIS, Pippa. *Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge:Cambridge University Press, 1997.
- NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro, ENAP/Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. Legislativo, Política e Recrutamento de Elites no Brasil. *Dados Revista de Ciências Sociais*, n 17. Rio de Janeiro, 1978, pp 53-79.

- OFFERLÉ, Michel. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, Michel (org.), *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, 1999. 363 p. p. 07-35.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEREIRA, Carlos e RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*. [online]. 2001, vol. 44, no. 2 [citado 2007-04-13], pp. 133-172. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000200004&lng=pt&nrm=iso>.
- PERISSINOTTO, Renato M. e BRAUNERT, Mariana B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). *Opinião Pública*, abr./maio 2006, vol.12, no.1, p.114-135.
- PINTNER, Walter M. and ROWNEY, Don K. Officialdom and Bureaucratization: Conclusions. In: PINTNER, W. M. and ROWNEY, D. K.(eds.), *Russian Officialdom: The Bureaucratization of Russian Society from the Seventeenth to the Twentieth Century*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1980.
- PUTNAM, Robert D. *The comparative study of political elites*. New Jersey: Printice-Hall, 1976. 246 p.
- RANINCHESKI, Sonia; LEMOS, Leany. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. *Revista Senatus*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 33- 39, 2001.
- RECCHI, Ettore. Fishing from the Same Schools: Parliamentary Recruitment and Consociationalism in the First and Second Italian Republics. *West European Politics*, v. 19, n. 2, abr. 1996. p. 340-359.
- RODRIGUES, Fernando. *Políticos do Brasil*. São Paulo, Publifolha, 2006.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.
- _____. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. *Quem foi quem na constituinte*. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

- SAMUELS, David. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge University Press, 2003
- SANTOS, Fabiano. “Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99”. In BOSCHI, R; DINIZ, E & SANTOS, F., *Elites políticas e econômicas no Brasil*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp. 89-117.
- SEARING, Donald D. Political Involvement and Socialization in Great Britain. In CLARKE, H. D. e CZUDNOWSKI, M. M. (eds.) *Political Elites in Anglo-American Democracies: Chances in Stables Regimes*. Illinois: Northern Illinois University Press, 1987. 335 p. p. 109-146.
- SEKULIC, Dusko and SPORER, Zeljka. Political Transformation and Elite Formation in
- SOARES, Márcia Miranda; LOURENCO, Luiz Cláudio. A representação política dos estados na federação brasileira. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 56, 2004.
- SOUZA, M. C. C. de, KERBAUY, M. T. M. e TRUZZI, O. Do Clientelismo Coronelista ao Clientelismo do Estado: a ascensão de imigrantes na política do interior paulista. *Perspectiva - Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, 2002.
- STEPAN, Alfred. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do Demos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999.
- WIRTH, J. D. 1977. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University